**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ – UNIDAVI**

BRUNO STEFANO BINI

**A DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL COMO CONTRAPONTO À
CRISE DO PODER JUDICIÁRIO**

Rio do Sul

2021

BRUNO STEFANO BINI

**A DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL COMO CONTRAPONTO À
CRISE DO PODER JUDICIÁRIO**

Monografia apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Direito, pelo Centro
Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do
Itajaí - UNIDAVI

Orientadora: Profª Espª Rosa Maria Kahl Lehmkuhl

Rio do Sul

2021

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ – UNIDAVI**

A monografia intitulada “**A DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL COMO CONTRAPONTO À CRISE DO PODER JUDICIÁRIO**”, elaborada pelo acadêmico BRUNO STEFANO BINI, foi considerada

APROVADA

REPROVADA

por todos os membros da banca examinadora para a obtenção do título de BACHAREL EM DIREITO, merecendo nota _____.

_____, ____ de _____ de _____.

Prof. Mickhael Erik Alexander Bachmann

Coordenador do Curso de Direito

Apresentação realizada na presença dos seguintes membros da banca:

Presidente: _____

Membro: _____

Membro: _____

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico conferido ao presente trabalho, isentando o Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, a Coordenação do Curso de Direito, a Banca Examinadora e o Orientador de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

Rio do Sul, 24 de maio de 2021.

Bruno Stefano Bini

Acadêmico

A Margarida Paterno (*in memoriam*), minha querida Nona, pelo ensinamento que a maior herança é o conhecimento.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força e vontade, que possibilitaram-me alcançar os objetivos até aqui traçados.

Aos meus pais, Hófenas e Rosimeri, pelo exemplo de caráter e honestidade, pela educação que me foi proporcionada, pelo incentivo diário e, acima de tudo, por acreditar nos meus sonhos.

A minha irmã e familiares, que de alguma forma contribuíram nesta caminhada.

Aos professores, por todo o conhecimento e conselhos transmitidos ao longo da jornada, em especial à professora Rosa Maria Kahl Lehmkuhl, pela orientação e paciência ao longo da confecção deste trabalho.

Aos amigos, pela amizade incondicional, apoio e contribuições.

RESUMO

O Poder Judiciário encontra-se mergulhado em uma crise que pode ser vista através da morosidade na prestação jurisdicional, o que afeta sobremaneira a satisfatividade. A crise é decorrente de uma crescente judicialização de demandas criadas a partir da implementação de novos direitos, pós advento da CRFB/1988, onde a busca pelos Meios Alternativos para Resolução de Conflitos fica em segundo plano, priorizando-se a tutela jurisdicional estatal. Um dos motivos que levam a crise na prestação jurisdicional é o grande número de processos de execução, muitos suspensos por falta de efetividade, esta com as mais variadas causas, tornando o procedimento executivo um gargalo do Poder Judiciário. Utilizando o método de abordagem hipotético-dedutivo e a metodologia de pesquisa bibliográfica, este trabalho buscará investigar se a desjudicialização da execução civil seria um caminho viável para tornar mais célere e efetiva a prestação jurisdicional neste procedimento e se este instituto não fere princípios constitucionais. Para chegar à conclusão, será estudado o que é a jurisdição, bem como por quais meios pode se manifestar e, ainda, se existe uma exclusividade do exercício da função jurisdicional pelo Poder Judiciário. Em um segundo momento faz-se necessária uma análise do atual processo de execução brasileiro e, por derradeiro, investiga-se se há caminho na desjudicialização para a execução civil, tendo como base o Projeto de Lei nº 6.204/19 em tramitação no Congresso Nacional. O Método de abordagem será o hipotético-dedutivo; O Método de procedimento utilizado na confecção deste trabalho será o monográfico; e o levantamento de dados será através da técnica da pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Desjudicialização. Execução. Jurisdição. Processo.

ABSTRACT

The Judiciary Power is plunged into a crisis that can be seen through the slowness in the jurisdictional provision, which greatly affects the satisfaction. The crisis is due to an increasing judicialization of demands created from the implementation of new rights, after the advent of CRFB/1988, where the search for Alternative Means for Conflict Resolution is in the background, giving priority to state jurisdictional protection. One of the reasons that lead to the crisis in the jurisdictional provision is the large number of enforcement proceedings, many suspended for lack of effectiveness, this with the most varied causes, making the executive procedure a bottleneck for the Judiciary. Using the hypothetical-deductive approach method and the bibliographic research methodology, this work will seek to investigate whether the dejudicialization of civil enforcement would be a viable way to speed up and render the jurisdictional provision in this procedure faster and whether this institute does not hurt constitutional principles. In order to reach the conclusion, it will be studied what the jurisdiction is, as well as by what means it can manifest itself, and, still, if there is an exclusivity of the exercise of the judicial function by the Judiciary Power. In a second step, an analysis of the current Brazilian execution process is necessary and, finally, it is investigated if there is a path in the judicial process for civil execution, based on Bill N°. 6,204 / 19 under way in the National Congress. The approach method will be the hypothetical-deductive; The method of procedure used in the preparation of this work will be monographic; and the data collection will be through the technique of bibliographic research.

Palavras-chave: Execution. Judicialization. Jurisdiction. Process.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Agr.	Agravante
Art.	Artigo
CRFB/1988	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPC/15	Código de Processo Civil de 2015
CPC/73	Código de Processo Civil de 1973
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
Nº	Número
ONU	Organizações das Nações Unidas
ZPO	Zivilprozessordnung

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A FUNÇÃO JURISDICIONAL COMO MANIFESTAÇÃO DO PODER ESTATAL	14
2.1 JURISDIÇÃO E FUNÇÃO JURISDICIONAL.....	14
2.1.1 ESPÉCIES DE JURISDIÇÃO	15
2.1.2 CARACTERÍSTICAS E PRINCÍPIOS DA JURISDIÇÃO	16
2.1.3 EXCESSO DE JUDICIALIZAÇÃO	17
2.2 MEIOS ALTERNATIVOS PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	19
2.3 O INSTITUTO DA DESJUDICIALIZAÇÃO	21
2.3.1 EXEMPLOS DE DESJUDICIALIZAÇÃO NO BRASIL	22
3 A EXECUÇÃO CIVIL NO DIREITO BRASILEIRO	24
3.1 O CONCEITO DE EXECUÇÃO	24
3.1.1 PRINCÍPIOS BÁSICOS DA EXECUÇÃO.....	25
3.2 HISTÓRIA DA EXECUÇÃO CIVIL NO BRASIL.....	26
3.2.1 A EXECUÇÃO CIVIL NAS ORDENAÇÕES FILIPINAS	26
3.2.2 REGULAMENTO Nº 737/1850	28
3.2.3 O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1939	29
3.2.3 O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973	30
3.3 O ATUAL PROCESSO DE EXECUÇÃO CIVIL E SEUS PRESSUPOSTOS	30
3.3.1 O TÍTULO EXECUTIVO.....	31
3.3.2 INADIMPLENTO DO DEVEDOR	34
3.3.3 DA COMPETÊNCIA PARA JULGAR.....	35
3.4 RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	36
3.5 GARGALO DA EXECUÇÃO	38
4 DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL	39
4.1 SISTEMAS EXECUTIVOS NA EUROPA.....	40
4.1.1 AGENTE DE EXECUÇÃO COMO ENTE PÚBLICO: ALEMANHA E ITÁLIA...40	40

4.1.2 AGENTE DE EXECUÇÃO COMO UM ENTE PRIVADO: FRANÇA	41
4.1.3 A DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL EM PORTUGAL.....	42
4.2 PROPOSTA DE DESJUDICIALIZAÇÃO PARA O BRASIL	43
4.2.1 A DESJUDICIALIZAÇÃO PROPOSTA PELO PROJETO DE LEI Nº 6.204/19	44
4.3 ASPECTOS GERAIS DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRALIS	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS.....	52

1 INTRODUÇÃO

O objeto do presente Trabalho de Curso é a desjudicialização da execução civil como contraponto à crise do poder judiciário

O seu objetivo institucional é a produção do Trabalho de Curso como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Direito pelo Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI.

O objetivo geral deste trabalho de curso é investigar se a desjudicialização da execução civil seria um caminho viável para tornar mais célere e efetiva a prestação jurisdicional.

Os objetivos específicos consistem em: a) analisar a desjudicialização do processo de execução como alternativa à morosidade do Poder Judiciário; b) investigar se a desjudicialização se enquadra como Meio Alternativo para a resolução de conflitos diante de uma crescente judicialização; c) pesquisar o atual processo de execução de títulos executivos; d) comparar modelos/experiências de desjudicialização das execuções já implementados; e, e) apresentar o modelo proposto pelo Projeto de Lei nº 6.204/19.

Na delimitação do tema levanta-se o seguinte problema: É possível promover a desjudicialização da execução de títulos executivos, de modo que promova uma maior eficácia e celeridade na satisfação do crédito exequendo, desonerando a estrutura Estatal sem ferir princípios constitucionais?

Para o equacionamento do problema levanta-se a hipótese de que é possível promover uma desjudicialização do processo de execução civil, tendo como resultado uma maior eficácia e celeridade na satisfação do crédito exequendo, com reflexos positivos ao Poder Público em face da diminuição dos gastos estatais, sem ferir princípios constitucionais dos jurisdicionados.

O Método de abordagem a ser utilizado na elaboração desse trabalho de curso será o hipotético-dedutivo; o Método de procedimento será o monográfico. O levantamento de dados será através da técnica da pesquisa bibliográfica.

A escolha do tema deu-se em decorrência do crescente debate acerca da possibilidade da desjudicialização da execução civil, como já ocorre em outros países, fomentado pela elaboração do Projeto de Lei nº 6.204/19, de autoria da Senadora Soraya Theronicke (PSL-MS), que encontra-se em tramitação no Congresso Nacional.

Principia-se, no Capítulo 2, com a conceituação de jurisdição, com o intuito de demonstrar que ela é uma manifestação do Poder Estatal, apresentando as suas espécies, bem como suas características e seus princípios.

Ainda no que concerne ao segundo capítulo, buscar-se-á demonstrar através dos números apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça que existe um excesso de judicialização no Brasil, causando prejuízo à celeridade na prestação da tutela jurisdicional e à satisfatividade que esta deve garantir aos jurisdicionados, conforme preceitua o artigo 4º do Código de Processo Civil, partindo para a busca de outras possibilidades de tornar esta prestação mais célere e efetiva. Nesta busca destaca-se o instituto da desjudicialização da função jurisdicional como meio eficaz para promover celeridade e efetividade.

O Capítulo 3 é reservado a uma investigação do procedimento executivo atual, além de apresentar a evolução histórica do processo de execução no Brasil.

É apresentado no Capítulo 3 os pressupostos do processo de execução, como o título executivo, que deve ser líquido, certo e exigível; e o inadimplemento do devedor. Outro ponto tratado neste Capítulo é a responsabilidade do executado, que responde com seu patrimônio à obrigação não satisfeita.

Por derradeiro, é tratado no terceiro Capítulo sobre os números dos processos de execução, através dos dados disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça no anuário Justiça em Números, propõem-se demonstrar a existência de um gargalo da execução, e que mostra-se necessário a busca por uma solução.

O Capítulo 3 dedica-se ao instituto da desjudicialização da execução civil.

No terceiro capítulo faz-se necessária uma análise dos sistemas executivos na Europa, onde, em alguns países de sistema *Civil Law*, o processo de execução já é realizado de forma desjudicializada, através de agente de execução.

A reforma no processo de execução civil promovida por Portugal fomentou os debates acerca da promoção da adoção deste modelo no Brasil. Diante disto, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 6.204/19, de autoria da Senadora Soraya Thronicke (PLS-MS), que tem por objetivo introduzir este modelo executivo no ordenamento jurídico nacional.

Analisa-se neste último Capítulo alguns pontos importantes do Projeto de Lei nº 6.204/19, além de, em sua conclusão, discutir quais as vantagens da desjudicialização da execução civil por meio de delegação aos serviços Notariais e Registrais, como previsto pelo Projeto de Lei.

O presente Trabalho de Curso encerrar-se-á com as Considerações Finais nas quais serão apresentados pontos essenciais destacados dos estudos e das reflexões realizados sobre a desjudicialização da execução civil.

2 A FUNÇÃO JURISDICIONAL COMO MANIFESTAÇÃO DO PODER ESTATAL

2.1 JURISDIÇÃO E FUNÇÃO JURISDICIONAL

Marcus Vinicius Rios Gonçalves coloca que antes da existência do Estado e das leis, os conflitos eram resolvidos pelos interessados, onde o mais forte ou mais esperto levava vantagem sobre os demais, e que com a evolução das instituições, o Estado assumiu o papel de solucionar os conflitos, proibindo a chamada autotutela¹.

Sergio Bermudes apresenta que a palavra *jurisdição* é formada pela junção de duas outras, quais sejam: *juris*, que significa do *Direito*, e *dictio*, que significa *dicção*, ou *dição*, ato de dizer². Portanto, a *jurisdição* consiste em *dizer o Direito*. Foi nesse sentido que Montesquieu, em “O Espírito das Leis”, caracterizou o poder de julgar como jurisdição, ao qual seria uma manifestação da soberania do Estado.

Para Ricardo Geraldo Rezende Silveira, a jurisdição pode ser definida como:

[...] o poder de um Estado, decorrente de sua soberania, para ministrar a justiça ou uma parcela do poder estatal, da qual são investidos certos órgãos, com o objetivo de aplicar o direito nos casos concretos.³

Neste sentido, Athos Gusmão Carneiro coloca que “Nos Estados nacionais modernos, a jurisdição é uma das expressões da soberania do Estado, e é exercida em nome do povo (CRFB/88, art. 1º, parágrafo único)”⁴, e Cândido Rangel Dinamarco também apresenta que a jurisdição é uma forma do Estado expressar seu poder⁵.

Partindo do princípio que a jurisdição é uma manifestação de soberania do Estado, precisamos entender como é manifestada essa soberania. André Ramos Tavares coloca que “A jurisdição, pois, é uma atividade pela qual o Judiciário substitui-se à vontade das partes, solucionando os conflitos de interesse que eventualmente surjam no seio social.”⁶

¹ GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de direito processual civil: Teoria geral – vol. 1- 18. Ed.** São Paulo: Saraiva Educação. P. 35.

² BERMUDES, Sergio. **Introdução ao processo civil- 6.ed.** Rio de Janeiro: Forense, 2019. P. 16.

³ SILVEIRA, Ricardo Geraldo Rezende. **Acesso à Justiça: o direito fundamental em um ambiente de recursos escassos –** São Paulo: Almedina, 2020. P. 69.

⁴ CARNEIRO, Athos Gusmão. **Jurisdição e competência.** 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. P. 26.

⁵ DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo. - 14ª ed.** São Paulo: Malheiros, 2009. P. 104

⁶ TAVARES, André Ramos. **CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL – 18. Ed.** São Paulo: Saraiva Educação, 2020. P. 968.

Jorge Miranda doutrina que:

Na função jurisdicional define-se o Direito (*juris dictio*) em concreto, perante situações da vida (litígios entre particulares, entre entidades públicas e entre particulares e entidades públicas, e aplicação de sanções), e em abstrato, na apreciação da constitucionalidade e da legalidade de atos jurídicos (máxime, de atos normativos).⁷

A supra citação retirada da obra de Jorge Miranda converge com o doutrinado por Hans Kelsen, onde por sua vez colocou que o Direito contido na lei, também denominado de norma geral, não é um Direito pronto, e que compete a jurisdição a função de colocá-lo em prática através de uma sentença judicial⁸.

Deste modo, pode-se concluir que a jurisdição e a função jurisdicional é onde deve-se dizer o Direito, cuja competência em sua origem foi dada ao Estado como forma de exercer sua soberania.

2.1.1 ESPÉCIES DE JURISDIÇÃO

Horácio Wanderlei Rodrigues e Eduardo de Avelar Lamy colocam que a divisão em espécies de jurisdição é apenas de natureza didática em algumas situações, e em outra vinculam às competências dos órgãos jurisdicionais ou à espécie de direito material que visa proteger. A jurisdição pode ser dividida de várias formas, entre elas a *contenciosa* e a *voluntária*⁹. Sergio Bermudes coloca que essa divisão em *contenciosa* e *voluntaria* diz respeito a finalidade do seu exercício¹⁰.

A *jurisdição contenciosa* pressupõe uma lide a ser solucionada, é aquela onde o Estado desempenha a função de promover a pacificação social ou a composição dos litígios. Dentro da jurisdição contenciosa, existe sempre na base do processo um conflito, cujo as partes buscam ali a composição pelo provimento jurisdicional¹¹.

⁷ MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição** – 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. P. 475.

⁸ KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito: introdução à problemática jurídico-científica**. Tradução e estudo introdutório Alexandre Travessoni Gomes Trivisonno. - 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2021. P. 72

⁹ RODRIGUES, Horácio Wanderlei; LAMY, Eduardo de Avelar, **Teoria Geral do Processo** – 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019. P.169.

¹⁰ BERMUDES, Sergio. **Introdução ao processo civil- 6.ed.** Rio de Janeiro: Forense, 2019. P. 19.

¹¹ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil, volume 1** – 62. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. P. 122.

Na jurisdição contenciosa a atividade é jurisdicional; a causa é um conflito de interesses, a “lide”, tem partes contrapostas; inicia-se por meio de uma ação em que o autor formula um pedido contra o réu e procede-se através de um processo, sob o princípio do contraditório; a sentença produz coisa julgada material onde o critério de julgamento é o da legalidade, aplicando o direito objetivo para a eliminação do referido conflito¹².

A *jurisdição voluntária* parte da premissa da inexistência de um conflito, possui caráter administrativo, em que o juiz apenas realiza gestão pública em torno de interesses privados. Na jurisdição voluntária não existem partes, apenas um negócio jurídico-processual envolvendo o juiz e os interessados¹³.

Na jurisdição voluntária a atividade é administrativa; a causa é um negócio, ato ou providência jurídica que possui interessados, *sem* partes contrapostas; inicia-se mediante um simples requerimento, onde indica a providência postulada em favor do requerente; apesar de não existir conflitos, pode haver eventual controvérsia acerca do negócio, onde ocorre a citação do Ministério Público e de eventuais interessados para dirimi-la; a sentença não produz coisa julgada material, podendo ser modificada posteriormente em face de circunstâncias que podem surgir, e o critério de julgamento é o da legalidade estrita¹⁴.

Portanto, é possível observar que o Estado absorve toda a jurisdição para si, tanto a contenciosa quanto a voluntária, monopolizando o poder de julgar.

2.1.2 CARACTERÍSTICAS E PRINCÍPIOS DA JURISDIÇÃO

É de suma importância dissertar sobre as características e alguns princípios da jurisdição, quais sejam: da inafastabilidade do controle jurisdicional, da inércia, da indelegabilidade e do juiz natural.

O princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional estabelece que no Estado Democrático de Direito a jurisdição deve ser acessível a todos de forma ampla¹⁵, como expresso

¹² CARNEIRO, Athos Gusmão. **Jurisdição e competência**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. P. 73- 74.

¹³ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil, volume 1** – 62. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. P. 122.

¹⁴ CARNEIRO, Athos Gusmão. **Jurisdição e competência**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. P. 73- 74.

¹⁵ GRINOVER, Ada Pellegrini. **A inafastabilidade do controle jurisdicional e uma nova modalidade de autotutela**. Revista Brasileira de Direito Constitucional, nº 10, jul-dez. 2007. Disponível em: http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-013-Ada_Pellegrini_Grinover.pdf. Acessado em: 17/05/2021. P.13

no art. 5º, inciso XXXC da Constituição Federal de 1988: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”¹⁶.

Através do princípio da inércia, o Estado somente prestará a tutela jurisdicional quando houver um pedido e uma demanda. Estes requisitos são expressados pelos brocardos *Nemo iudex sine actore* (ninguém é juiz sem autor), e *Ne procedat iudex ex officio* (não proceda o juiz de ofício).¹⁷

Quanto ao princípio da indelegabilidade, Fredie Didier Jr apresenta que o órgão jurisdicional não poder delegar funções a outros sujeitos. Está vedação se aplica integralmente ao poder decisório, que caso delegado, implicaria derrogação de regra de competência, violando a garantia do juiz natural¹⁸.

O princípio do juiz natural refere-se ao juiz devido, competente, de acordo com as regras gerais e abstratas previamente estabelecidas. Este princípio também introduz que a jurisdição só poderá ser exercida por alguém investido nas funções de juiz¹⁹.

2.1.3 EXCESSO DE JUDICIALIZAÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça, CNJ apresenta todos os anos os números do Poder Judiciário do ano anterior através de um relatório chamado de *Justiça em Números*. O último *Justiça em Números*, lançado em 2020 tendo como base o ano de 2019, apresentou que em 2019 o Brasil continha 77,1 milhões de processos em tramitação, sendo 30,2 milhões de novos casos²⁰.

Estes números colaboram para o entendimento de Eber Zoehler Santa Helena, onde apresenta que a judicialização intensiva, já desde o século XX, trouxe para a sociedade avanços

¹⁶ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2021.

¹⁷ CARNEIRO, Athos Gusmão. **Jurisdição e competência**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. P. 32.

¹⁸ DIDIER Jr., Fredie. **Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento**. 21. Ed. Salvador: Jus Podivm, 2019. P. 215.

¹⁹ DIDIER Jr., Fredie. **Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento**. 21. Ed. Salvador: Jus Podivm, 2019. P. 222.

²⁰ BRASIL. **Justiça em Números 2020: ano-base 2019/Conselho Nacional de Justiça** - Brasília: CNJ, 2020. P. 74. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/WEB-V3-Justi%C3%A7a-em-N%C3%BAmeros-2020-atualizado-em-25-08-2020.pdf>. Acessado em 08/04/2021. P. 93.

inestimáveis, em contrapartida acarretou em um volume imenso de litígios para o Poder Judiciário, sendo, em parte, causa da morosidade e ineficiência do judiciário brasileiro²¹.

Deste modo, pode-se colocar que existe uma crise no Poder Judiciário ligada diretamente com a duração da tramitação dos processos, e isto se dá devido a inúmeros fatores que levam o Judiciário a não conseguir reduzir o tempo da prestação e efetivação da tutela jurisdicional oferecida, mesmo tendo elevado o *princípio da razoável duração do processo* ao patamar constitucional, tornando ele um direito fundamental de todos²².

A razoável duração do processo encontra-se na Constituição Federal de 1988 no art. 5º, inciso LXXVIII, com a seguinte redação: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.”²³.

O Justiça em números de 2020 apresentou que na Justiça Estadual o tempo médio de duração dos processos teve um aumento significativo em relação aos anos anteriores, em queda desde 2016 registrando os menores números em 2018 com duração média de 4 anos e 11 meses, aumentando para 5 anos e 4 meses em 2019. Na Justiça Federal o tempo médio em 2019 foi idêntico, 5 anos e 4 meses, porém registrou queda em relação a 2018²⁴.

José Roberto dos Santos Bedaque coloca que a excessiva demora dos processos se dá principalmente a notória deficiência estrutural do Poder Judiciário somada com a produção desenfreada de normas legais visando tornar mais acessível a tutela jurisdicional²⁵.

A deficiência estrutural ao qual citou José Roberto dos Santos Bedaque pode ser vista claramente quando analisamos os números apresentados pelo próprio CNJ através do *Justiça em números*, onde mostra que em 2019 as despesas totais do Poder Judiciário somaram R\$ 100,2 bilhões, o que representou um aumento de 2,6% em relação ao ano de 2018. Este valor, apesar de aparentar ser alto, corresponde a apenas 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, ou a 2,7% dos gastos totais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos

²¹ HELENA, Eber Zoehler Santa. **O fenômeno da desjudicialização**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/7818/o-fenomeno-da-desjudicializacao>. Acesso em: 23/04/2021.

²² FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. **Arbitragem – 3. ed.** Rio de Janeiro: Forense, 2019. P. 53.

²³ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2021.

²⁴ BRASIL. **Justiça em Números 2020: ano-base 2019/Conselho Nacional de Justiça** - Brasília: CNJ, 2020. P. 74. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/WEB-V3-Justi%C3%A7a-em-N%C3%BAmoros-2020-atualizado-em-25-08-2020.pdf>. Acessado em 08/04/2021. P. 182.

²⁵ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Efetividade do processo e técnica processual - 3. Ed.** São Paulo: Malheiros, 2010. P. 45.

municípios²⁶. Outro ponto que mostra a deficiência estrutural do judiciário é o número de magistrados, que é de 22.706 cargos existentes, sendo 18.091 providos e 4.615 vagos²⁷.

José Roberto dos Santos Bedaque coloca que o orçamento estatal destinado ao Poder Judiciário precisaria ser revisto, pois o número de magistrados é insuficiente para suprir a demanda. Apresenta ainda que seria necessário uma alteração estrutural do Judiciário no tocante à distribuição de competência, pois a divisão atual não é proporcional, assoberbando alguns juízes, prejudicando a tempestividade da tutela jurisdicional²⁸.

Diante da crise que encontra o Poder Judiciário é preciso encontrar alguma solução, e é onde surge os meio alternativos para a solução de conflitos, bem como o instituto da desjudicialização.

2.2 MEIOS ALTERNATIVOS PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Na atualidade, o Poder Judiciário tem como função prestar a tutela jurisdicional *efetiva* e *justa* ao direito material quando provocado²⁹. Esta função de prestar a tutela jurisdicional é entregue ao Poder Judiciário através do princípio do *acesso à justiça*, que é apresentado pelo art. 5º, XXXV, da Constituição Federal de 1988, onde diz que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”³⁰.

Flávia Pereira Ribeiro apresenta que o monopólio da função jurisdicional dada ao Poder Judiciário foi uma opção legislativa que vem perdendo força ao passo em que o próprio legislador confere atividade jurisdicional para outros órgãos. É exemplo de atividade jurisdicional fora do Poder Judiciário o julgamento de algumas autoridades entregue pela Constituição Federal de 1988 ao âmbito do Poder Legislativo, cita-se como exemplo o art. 51, I e art. 52, I e II³¹, também pode ser citada a Lei nº 9.307/1996, conhecida como Lei de

²⁶ BRASIL. **Justiça em Números 2020: ano-base 2019/Conselho Nacional de Justiça** - Brasília: CNJ, 2020. P. 74. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/WEB-V3-Justi%C3%A7a-em-N%C3%BAmeros-2020-atualizado-em-25-08-2020.pdf>. Acessado em 08/04/2021.

²⁷ BRASIL. **Justiça em Números 2020: ano-base 2019/Conselho Nacional de Justiça** - Brasília: CNJ, 2020. P. 74. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/WEB-V3-Justi%C3%A7a-em-N%C3%BAmeros-2020-atualizado-em-25-08-2020.pdf>. Acessado em 08/04/2021. P. 46.

²⁸ BEDAQUE. José Roberto dos Santos. **Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência (tentativa de sistematização)**. São Paulo: Malheiros, 2001. P. 16.

²⁹ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil, volume 1** – 62. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. P. 136.

³⁰ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11/04/2021.

³¹ RIBEIRO. Flávia Pereira. **Desjudicialização da execução civil** – 2.ed. Curitiba: Juruá, 2019. P. 20.

Arbitragem, como um outro exemplo de que o legislador passou a reconhecer que a função jurisdicional não é exclusiva do Poder Judiciário³².

A Lei de Arbitragem em seu art. 18 define o árbitro como juiz de fato e de direito, e no art. 31 estabelece que a sentença arbitral possui os mesmos efeitos da sentença dada pelos órgãos do Poder Judiciário e que constitui título executivo quando condenatória (art. 515, VII)³³.

Joel Dias Figueira Júnior apresenta em sua obra que:

A verdade é que as exigências do mundo contemporâneo não são mais aquelas de nossos antepassados, razão pela qual se buscam incessantemente mecanismos diversificados e hábeis à solução dos conflitos fora do sistema judicial tradicional, rompendo-se em definitivo com o monopólio estatal da jurisdição, sem que tal concepção represente a afastabilidade absoluta da jurisdição estatal, porquanto chancelada como direito e garantia fundamental (CF, art. 5º, XXXV).³⁴

Athos Gusmão Carneiro doutrina que os atos providos fora do Poder Judiciário conseguem chegar à composição definitiva da lide, resultado que seria obtido de igual modo se fossem conduzidos pelas vias jurisdicionais, e que a doutrina classifica estes meios como *substitutivos da jurisdição* ou como *equivalentes jurisdicionais*³⁵.

Também pode ser citada como meios alternativos para a resolução de conflitos a Mediação e a Conciliação, sendo que segundo Fernanda Tartuce a Mediação consiste no meio em que alguém imparcial atua para facilitar a comunicação entre os envolvidos para que encontrem saídas produtivas para os impasses que os envolvem³⁶. Já a conciliação, consiste em identificar os interesses em comum, ajudar a pensar em uma solução e estimular as partes a serem flexíveis podendo, se for o caso, apresentar sugestões para a finalização do conflito³⁷.

Saul José Busnello apresenta em sua dissertação de mestrado que o procedimento da Mediação contribui para uma capacitação e crescimento pessoal das partes ali envolvidas, pois permite que elas possam, em um momento posterior, assumir uma participação ativa na

³² RIBEIRO, Flávia Pereira. **Desjudicialização da execução civil** – 2.ed. Curitiba: Juruá, 2019. P. 29.

³³ Art. 18. O árbitro é juiz de fato e de direito, e a sentença que proferir não fica sujeita a recurso ou a homologação pelo Poder Judiciário.

Art. 31. A sentença arbitral produz, entre as partes e seus sucessores, os mesmos efeitos da sentença proferida pelos órgãos do Poder Judiciário e, sendo condenatória, constitui título executivo. (BRASIL. **Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996**. Dispõe sobre a arbitragem. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19307.htm. Acesso em: 11/04/2021.)

³⁴ FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. **Arbitragem** – 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. P. 63.

³⁵ CARNEIRO, Athos Gusmão. **Jurisdição e competência**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. P 78.

³⁶ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis** – 6. Ed. São Paulo: Método, 2021. P. 189.

³⁷ SALLES, Carlos Alberto de. **Et al. Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem: curso de métodos adequados de solução de controvérsias** – 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

resolução de conflitos nos quais se encontrem inseridas, de modo que estarão mais preparadas a lidar com o conflito sem acessar o Poder Judiciário para dirimi-lo³⁸.

Portanto, no passo em que a legislação passa a reconhecer, e instituir, os meios alternativos, a doutrina já apresenta que a função jurisdicional é apenas típica do Poder Judiciário, mas que não é exclusiva como era em sua origem, pois existem meios fora do Poder Judiciário para resolução de conflitos³⁹.

A falta de busca por meios alternativos para solução de conflitos acaba acarretando em uma sobrecarga de processos, o que desencadeia uma profunda crise do Poder Judiciário causando morosidade na prestação jurisdicional decorrente de uma judicialização excessiva.

2.3 O INSTITUTO DA DESJUDICIALIZAÇÃO

Com o Poder Judiciário em crise, inicia-se a busca por uma solução, onde surge o instituto da desjudicialização para os processos que não envolvam um litígio, os de jurisdição voluntária, em que são interessados partes capazes, postulando Direito certo.

Pode-se colocar a desjudicialização como um acesso à justiça *fora* do Poder Judiciário, um acesso à justiça *extra muros*, onde a resolução da demanda, que originalmente dependeria de uma intervenção judicial, passa a ser resolvida perante agentes externos do Poder Judiciário⁴⁰.

Esse deslocamento de algumas atividades de atribuição do Poder Judiciário para agentes externos tem como objetivo dar celeridade às ações que não contem litígio e também contribuem para a redução da morosidade dos tribunais, pois ficariam apenas com os procedimentos litigiosos.

³⁸ BUSNELLO, Saul José. **Mediação como forma autocompositiva de resolução de conflitos no Brasil: Uma alternativa à Jurisdição Civil**. Dissertação de mestrado. Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Itajaí: 2017. P. 132

³⁹ BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil - volume único** - 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. P. 137 e THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil, volume 1** – 62. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. P. 133.

⁴⁰ HILL, Flávia Pereira. **Desjudicialização da execução civil: reflexões sobre o projeto de lei nº 6.204/2019** – Artigo publicado na Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP- Rio de Janeiro. Ano 14. Volume 21. Número 3. Setembro a Dezembro de 2020. Pág. 164- 205.

Neste sentido Leonardo Cascardo coloca “que o processo de desjudicialização não afeta o núcleo basilar de atuação do Poder Judiciário, de modo que a responsabilidade pela condução de causas complexas e litigiosas deve permanecer com o Judiciário.”⁴¹

Para a prestação jurisdicional ser mais célere, é preciso que haja uma concentração do juiz em atividades mais complexas, que envolvam um litígio, um confronto entre partes. Para que isso aconteça é preciso retirar da sua competência as situações em que a intervenção judicial não se faz necessária, procedimentos que poderiam ser realizados de forma administrativa⁴².

Leonardo Cascardo ainda coloca que a elaboração de leis que possibilitam minorar o acúmulo de processos, contribuindo para uma solução mais rápida das ações pretendidas, demonstram um avanço no Direto pátrio⁴³, e a desjudicialização vem ao encontro a isso.

A desjudicialização de procedimentos sem litígio representa um avanço para o ordenamento jurídico nacional, uma vez que desafoga o Poder Judiciário liberando-o para uma melhor apreciação das demandas que lhes forem entregues. Como bem observa Bermudes, “A jurisdição, como tantas outras instituições jurídicas, é produto da experiência da humanidade, forjada através dos tempos”⁴⁴.

2.3.1 EXEMPLOS DE DESJUDICIALIZAÇÃO NO BRASIL

Acerca da desjudicialização de alguns procedimentos de jurisdição voluntária, existem algumas dúvidas sobre a constitucionalidade, neste sentido Humberto Theodoro Júnior doutrina que:

Destarte, os procedimentos de jurisdição voluntária não figuram necessariamente na área de definição da atividade jurisdicional. Prova disso é que, sem violar a atribuição constitucional contida na partilha dos poderes soberanos estatais, muitas medidas que

⁴¹ CASCARDO, Leonardo. **A desjudicialização como ferramenta diferencial de acesso à Justiça: A Desjudicialização como Forma de Acesso à Justiça.** Disponível em: <https://armelonicascardo.jusbrasil.com.br/artigos/339289050/a-desjudicializacao-como-ferramenta-diferencial-de-acesso-a-justica>. Acessado em: 25/04/2021.

⁴² BARBOSA, Miguel. **O Fenômeno da Desjudicialização advindo do novo CPC/15 e sua atuação no auxílio da desobstrução e celeridade do judiciário.** Disponível em: <https://juridicocerto.com/p/miguelbarbosa/artigos/o-fenomeno-da-desjudicializacao-advindo-do-novo-cpc-15-e-sua-atuacao-no-auxilio-da-desobstrucao-e-celeridade-do-judiciario-4076>. Acessado em: 25/04/2021.

⁴³ CASCARDO, Leonardo. **A desjudicialização como ferramenta diferencial de acesso à Justiça: A Desjudicialização como Forma de Acesso à Justiça.** Disponível em: <https://armelonicascardo.jusbrasil.com.br/artigos/339289050/a-desjudicializacao-como-ferramenta-diferencial-de-acesso-a-justica>. Acessado em: 25/04/2021.

⁴⁴ BERMUDES, Sergio. **Introdução ao processo civil- 6.ed.** Rio de Janeiro: Forense, 2019. P. 23.

no passado figuravam no rol dos procedimentos ditos de jurisdição voluntária têm migrado para a competência de órgãos administrativos, sem qualquer eiva de inconstitucionalidade.⁴⁵

A possibilidade de resolução de conflitos *extra muros* ganhou notoriedade no Brasil através da lei de arbitragem, que nasceu tendo sua constitucionalidade questionada no tocante ao art. 5º, XXXV, da Constituição Federal de 1988⁴⁶. As teses de inconstitucionalidade foram afastadas pelo Supremo Tribunal Federal através do julgamento da Sentença Estrangeira 5.206-Agr/Reino da Espanha, que reconheceu a constitucionalidade da lei de arbitragem (Lei nº 9307/96). Destaca-se da ementa do citado julgamento da Sentença Estrangeira o item 3:

3. Lei de arbitragem (L. 93.07/96): constitucionalidade, em tese, do juízo arbitral; discussão incidental da constitucionalidade de vários dos tópicos da nova lei, especialmente acerca da compatibilidade, ou não, entre a execução judicial específica para a solução de futuros conflito da **cláusula compromissória** e a garantia constitucional da universalidade da jurisdição do Poder Judiciário (CF, art. 5º, XXXV).

Constitucionalidade declarada pelo plenário, considerando o Tribunal, por maioria de votos, que a manifestação de vontade da parte na cláusula compromissória, quando da celebração do contrato, e a permissão legal dada ao juiz para que substitua a vontade da parte recalcitrante em firmar o compromisso não ofendem o artigo 5º, XXXV, da CF.

[...]⁴⁷

Também figura como exemplo de desjudicialização a ratificação de Registros Imobiliários, quando não existem discordâncias entre as partes ou quando não houver potencial lesão ao direito de propriedade de algum confrontante, que a atribuição foi retirada do Poder Judiciário através da Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004, que alterou a Lei nº 6.015/73 instituindo o procedimento administrativo nestes casos⁴⁸.

Em análise ao art. 212 da Lei nº 6.015/73, é possível verificar que quando o registro ou a averbação for omissa, imprecisa ou não exprimir a verdade, o Oficial do Registro de Imóveis

⁴⁵ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil, volume 1** – 62. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. P. 122.

⁴⁶ RIBEIRO, Flávia Pereira. **Desjudicialização da execução civil** – 2.ed. Curitiba: Juruá, 2019. P. 62.

⁴⁷ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **SE-AgR: 5206 EP**, Relator: SEPÚLVEDA PERTENCE, Data de Julgamento: 12/12/2001, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 30-04-2004 PP-00029 EMENT VOL-02149-06 PP-00958).

⁴⁸ RIBEIRO. Flávia Pereira. **Desjudicialização da execução civil** – 2.ed. Curitiba: Juruá, 2019. P. 69.

competente poderá realizar a retificação mediante requerimento do interessado através do procedimento administrativo⁴⁹.

Outro exemplo de desjudicialização no ordenamento jurídico brasileiro são os procedimentos de inventário, separação e divórcio, quando consensuais. Esta possibilidade está presente na Lei nº 11.441/2007, onde foi estabelecido que estes procedimentos podem ser realizados de forma extrajudicial em Tabelionatos de Notas. Para que seja possível esta modalidade extrajudicial é preciso que no divórcio ou separação não haja filhos menores e no inventário, que os herdeiros sejam todos capazes e tenham consenso em suas manifestações de vontade, além do *de cujos* não ter deixado disposições testamentárias⁵⁰.

Portanto, é possível observar através dos exemplos acima citados que a desjudicialização em nosso ordenamento jurídico não apenas é viável, como também já é posta em prática, além de mostrar que é possível promover a desjudicialização sem prejuízos aos princípios constitucionais.

Como o objeto deste trabalho é a apuração da possibilidade de tornar mais célere e efetiva a prestação jurisdicional nos feitos executivos através da desjudicialização de seus procedimentos, antes de adentrarmos nesta seara específica, necessário se faz a investigação da execução em si, o que se fará no próximo capítulo.

3 A EXECUÇÃO CIVIL NO DIREITO BRASILEIRO

3.1 O CONCEITO DE EXECUÇÃO

Humberto Theodoro Júnior apresenta que desde as origens romanas existem dois tipos de tutela jurisdicional: (a) uma de acerto ou definição, a qual é conhecida na atualidade como *processo de conhecimento*, que é entregue por meio de uma *sentença*; (b) e outra de realização ou satisfação, que atua provocando alterações no patrimônio dos litigantes, a qual é

⁴⁹ Art. 212. Se o registro ou a averbação for omissa, imprecisa ou não exprimir a verdade, a retificação será feita pelo Oficial do Registro de Imóveis competente, a requerimento do interessado, por meio do procedimento administrativo previsto no art. 213, facultado ao interessado requerer a retificação por meio de procedimento judicial. Parágrafo único. A opção pelo procedimento administrativo previsto no art. 213 não exclui a prestação jurisdicional, a requerimento da parte prejudicada. BRASIL. **Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16015compilada.htm. Acesso em: 24/04/2021.

⁵⁰ RIBEIRO. Flávia Pereira. **Desjudicialização da execução civil** – 2.ed. Curitiba: Juruá, 2019. P. 70.

conhecida na atualidade como *processo de execução*. No processo de execução o juiz utiliza coativamente os bens do patrimônio do devedor para satisfazer o direito do credor⁵¹.

Acerca da conceituação da execução, doutrina Cândido Rangel Dinamarco no seguinte sentido:

Execução é portanto, em uma primeira abordagem, o conjunto de medidas com as quais o juiz produz ou propicia a satisfação do direito de uma pessoa à custa do patrimônio de outra, quer com o concurso da vontade desta, quer independentemente ou mesmo contra ela.⁵²

Continua Cândido Rangel Dinamarco:

O primeiro dos grandes pilares conceituais da execução civil é o próprio conceito de execução como conjunto de medidas pelas quais se preparam e produzem resultados práticos, em confronto com o de processo ou fase executiva; estes são apenas vias processuais predispostas à realização de tais medidas.⁵³

Elpídio Donizetti leciona que a atividade jurisdicional no processo de execução restringe-se a atos necessários à satisfação do direito do credor⁵⁴. Portanto, a execução é o conjunto de medidas que buscam dar resultados práticos ao direito previamente acertado.

3.1.1 PRINCÍPIOS BÁSICOS DA EXECUÇÃO

Destacam-se dentro dos princípios básicos da execução o princípio da autonomia, ao qual refere-se a estrutura, que institui um processo. Este processo subordina-se a uma juízo de admissibilidade, precisando respeitar questões designadas, chamadas de pressupostos processuais⁵⁵.

⁵¹ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Processo de Execução e Cumprimento de Sentença** - 30. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. P 16

⁵² DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil: volume IV** - 3. Ed. São Paulo: Malheiros, 2009. P. 32

⁵³ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil: volume IV** - 3. Ed. São Paulo: Malheiros, 2009.P.36

⁵⁴ DONIZETTI, Elpídio. **Curso didático de direito processual civil** – 20. Ed. São Paulo: Atlas, 2017. P. 1.208.

⁵⁵ ASSIS, Araken de. **Cumprimento de sentença**- 4. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. P. 27.

Araken de Assis coloca que o princípio do resultado diz respeito que toda execução há de ser específica, buscando entregar ao exequente rigorosamente o bem perseguido, o objeto da prestação inadimplida⁵⁶.

Outros dois princípios que merecem destaque serão tratados com a devida atenção a frente, quais sejam: princípio do título e princípio da responsabilidade.

3.2 HISTÓRIA DA EXECUÇÃO CIVIL NO BRASIL

Com o objetivo de contextualizar a execução civil no Brasil, entende-se que é de suma importância analisar a evolução histórica dos procedimentos executórios no ordenamento jurídico brasileiro. Porém, de modo que o trabalho não tem por foco analisar a fundo a história do direito brasileiro, este tópico reserva apenas a identificar o principal modelo executivo em cada época.

3.2.1 A EXECUÇÃO CIVIL NAS ORDENAÇÕES FILIPINAS

As Ordenações Filipinas eram a legislação que estava em vigor no Reino de Portugal quando o Brasil tornou-se independente e, por conseguinte, foram aqui incorporadas, apresentando o primeiro modelo de execução civil em nosso país⁵⁷.

A legislação portuguesa era em sua totalidade influenciada pelo direito romano, e que mesmo após o direito francês equiparar a sentença aos títulos extrajudiciais, as Ordenações Filipinas continuaram a diferenciar as execuções de sentença e de títulos negociáveis⁵⁸.

As execuções da época encontravam-se dispostas no Livro III, Título LXXXVI das Ordenações Filipinas que continha como enunciado “*das execuções, que se fazem geralmente per as sentenças*”.

Neste Título era disposto que quando uma sentença - onde alguém era condenado a pagar ao vencedor alguma quantia de dinheiro, pão, vinho, azeite, ou qualquer outra coisa que

⁵⁶ ASSIS, Araken de. **Manual da execução** – 11. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. P. 101.

⁵⁷ LUCON, Paulo Henrique dos Santos. **Embargos à execução**. São Paulo: Saraiva, 1996. P. 66.

⁵⁸ LIMA, Walber Cunha. **Evolução histórica do processo de execução** civil. Revista da FARN, Natal, v.7, n. 2, p. 69-81, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.revistas.unirn.edu.br/index.php/revistaunirn/article/view/149/178>. Acessado em 06/03/2021

se costuma pesar ou medir - era apresentada a algum Julgador, seria procedido a notificação do devedor para que pagasse a condenação, sob pena de ter seus bens penhorados na medida que bastassem para a dita condenação⁵⁹.

Nas execuções das Ordenações Filipinas o órgão competente, em regra, era o juiz que tivesse julgado a causa inicialmente em primeira instância como ocorre ainda no Brasil⁶⁰, sendo que ao executado só poderia apresentar embargos seis dias após garantir o valor da condenação depositando na Justiça o que deveria ser pago.

Sob esta mesma ordem jurídica, a penhora era efetuada por três agentes que atuavam em nome do juiz, quais sejam, (a) o “escrivão”, que equipara-se aos atuais escreventes de justiça, (b) o “porteiro”, que equipara-se aos atuais Oficiais de Justiça e (c) o “tabelião”, com associação imediata aos atuais tabeliães.

A expropriação dos bens penhorados, eram realizadas através de pregões em praça pública. Assegurando-se que alguns bens inexpropriáveis, tais como: cavalos, armas, livros, roupas dos fidalgos e cavaleiros; proteção aos lavradores, proibindo-se a penhora de bois, de arado e sementes. Também não eram penhoráveis os bens pertencentes ao Estado⁶¹.

Portanto, extrai-se das Ordenações Filipinas o primeiro modelo de execução civil brasileiro, onde o juiz ordenava o pagamento, que caso não cumprido era procedido penhora de bens do executado. Outro ponto de bastante relevância era a possibilidade do executado responder à execução, através de embargos, que poderiam ser apresentados após a garantia do valor exequendo.

Esse modelo vigorou no Brasil até 1850, quando foi editado o Regulamento nº 737/1850.

⁵⁹ Quando algumas sentenças da mór alçada, ou outra qualquer, que passar em cousa julgada, for apresentada a algum Julgador, pela qual se deva fazer execução, sendo o dito Julgador requerido para isso, a mandará com diligencia executar; e sendo a condenação per aução pessoal, que descenda de contracto, ou quase-contracto, per que alguma parte seja condenada, que pague ao vencedor aalguma quantidade de dinheiro, pão, vinho, azeite, ou qualquer outra cousa, que se costuma contar, pesar, ou medir, será o condenado requerido, que pague o conteúdo na sentença, ou dê penhores bastantes á condenação, sendo achado no lugar, onde se fz a execução; e não sendo achado para ser requerido, seja citado na forma que dissemos no Titulo 1: *das citações*: o qual requerimento lhe será dado, feito pelo Tabelião, ou Serivão, que fôr presente, ou pelo Porteiro, no caso, onde Porteiro abasta para á penhora, segundo se dirá no Titulo 89: *Da execução, que se faz per o Porteiro*; e será scripro pelo Serivão, que os pregões houver de screver, por fé do Porteiro, que o requerer. (disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/13p697.htm>. Acessado em: 21/05/2021.)

⁶⁰ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Execução civil** - 7. Ed. São Paulo: Malheiros, 1998. P. 67.

⁶¹ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Execução civil** - 7. Ed. São Paulo: Malheiros, 1998. P. 68.

3.2.2 REGULAMENTO Nº 737/1850

O Regulamento nº 737/1850 possibilitou a execução de títulos extrajudiciais, além das sentenças condenatórias, como ocorria com as Ordenações Filipinas; e os atos de penhora e avaliação passaram a ser de competência dos oficiais de justiça. Além disso estipulava as partes legítimas para a execução, arrolando não apenas as partes do processo de conhecimento e seus sucessores, mas também incluía como legitimados ao polo passivo o fiador e alguns terceiros meramente responsáveis⁶².

Dispunha este diploma legal que quando condenado, o réu deveria pagar a condenação em 10 dia. Não realizando o pagamento, a sentença seria executada⁶³. E, caso o executado não tivesse como pagar a coisa que alienou, seria considerada fraude à execução, com ordem de prisão por até um ano, ou, até o efetivo pagamento⁶⁴.

No tocante a defesa do executado, só poderia opor embargos até seis dias após a penhora e até a assinatura do ato de arrematação, de acordo com o art. 575 do Regulamento 737/1850:

Art. 575. nenhuns embargos serão oppostos na execução, senão nos termos seguintes:

§1.º Depois de feita a penhora dentro dos seis dias seguinte.

§ 2.º Depois do acto da arrematação, mas antes da assignatura da carta de arrematação ou adjudicação. ⁶⁵

⁶² DINAMARCO, Cândido Rangel. **Execução civil** - 7. Ed. São Paulo: Malheiros, 1998. P. 71

⁶³ Art. 571. Quando o réo fôr condemnado por sentença a entregar cousa certa, será citado para em 10 dias fazer a entrega della. (BRASIL. **Decreto Nº 737, de 25 de novembro de 1850**. Determina a ordem do Juízo no Processo Commercial. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM0737.htm. Acesso em 06/03/2021.)

Art. 572. Si o réo dentro em 10 dias não entregar a cousa por ter sido alienada depois de litigiosa (art. 494), a sentença será executada contra o terceiro, de cujo poder se tirará a cousa, sem que seja ouvido antes de ser ella depositada. (BRASIL. **Decreto Nº 737, de 25 de novembro de 1850**. Determina a ordem do Juízo no Processo Commercial. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM0737.htm. Acesso em 06/03/2021.)

⁶⁴ Art. 574. Si o vencido não tiver com que pague a estimação da cousa que alienou em fraude da execução, será preso até pagar, ou até um anno si antes não pagar. (BRASIL. **Decreto Nº 737, de 25 de novembro de 1850**. Determina a ordem do Juízo no Processo Commercial. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM0737.htm. Acesso em 06/03/2021.)

⁶⁵ BRASIL. **Decreto Nº 737, de 25 de novembro de 1850**. Determina a ordem do Juízo no Processo Commercial. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM0737.htm. Acesso em 06/03/2021.

Portanto, com algumas modificações, os moldes da execução civil continuaram muito similares aos previstos nas Ordenações Filipinas, principalmente no tocante aos embargos à execução.

3.2.3 O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1939

A partir de 1905 houve uma série de promulgações de Códigos Estaduais em alguns Estados brasileiros, porém, como observar Cândido Rangel Dinamarco, não houve grandes modificações no regramento já vigente, ocorrendo apenas uma indicação dos diferentes títulos que poderiam ser executados⁶⁶.

Diante da pluralidade de Códigos pelo país, em 1939 foi editado o Decreto-Lei nº 1.608, o Código de Processo Civil de 1939, restaurando-se a unidade legislativa nacional. Cândido Rangel Dinamarco colocou que o CPC de 1939 foi produto da evolução científica do Direito Processual Civil europeu que deu-se a partir da segunda metade do século XIX, que já era objeto de estudos e das lições dos processualistas brasileiros da época⁶⁷.

A execução estava presente no Código de Processo Civil de 1939 no Livro VIII, que previa duas formas de execução, (a) a ação executiva, que era destinada aos títulos extrajudiciais e continha fase inicial de conhecimento, com penhora incidente e contraditório, onde a expropriação ocorria apenas após a sentença; e (b) o processo de execução, que era destinado a executar a sentença condenatória ou outros títulos judiciais que eram ali elencados.

Este Código previu em seu art. 957 que a avaliação do bem penhorado fosse realizada por pessoa idônea, que seria nomeada pelo juiz para tal ato, sempre que não houvesse avaliador judicial disponível⁶⁸.

Quanto à expropriação, elas ainda ocorriam em praça pública, como na legislação anterior, porém, os bens poderiam ser alienados por iniciativa particular quando não parecesse oportuno a realização da hasta pública, conforme dispunha o *caput* do art. 973⁶⁹.

⁶⁶ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Execução civil** - 7 ed. São Paulo: Malheiros, 1998. P.74.

⁶⁷ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Execução civil** - 7 ed. São Paulo: Malheiros, 1998. P.75.

⁶⁸ Art. 957. Se a penhora não fôr embargada ou forem rejeitados os embargos, ou se a ação executiva fôr julgada procedente, os bens serão avaliados pelo avaliador do juízo, mediante distribuição. À falta de avaliador judicial, o juiz nomeará pessoa idônea. (BRASIL. **Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939**. Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del1608.htm. Acesso em 06/03/2021.)

⁶⁹ Art. 973. A requerimento de qualquer interessado e ouvido o devedor, o juiz poderá marcar prazo para que a venda se realize por iniciativa particular, se não lhe parecer oportuno que se efetue em hasta pública. (BRASIL.

Ao executado era possibilitada a apresentação de defesa por meio de embargos cabíveis apenas contra as execuções de títulos judiciais, opostos até o prazo de 5 (cinco) dias, desde que garantido o juízo nos termos dos artigos 1.008 a 1.016 do Código de Processo Civil de 1939.

Deste modo, observa-se que o Código de Processo Civil de 1939 já previa no sistema executivo que atos próprios da jurisdição Estatal fossem prestados por terceiros nomeados, com a finalidade de dar celeridade e efetividade à tutela satisfativa e a expropriação por terceiros quando infrutífera a praça pública, de mais, manteve-se semelhante as legislações anteriores.

3.2.3 O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973

Elaborado pelo processualista Alfredo Buzaid, a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, instituiu o Código de Processo Civil de 1973, que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1974, apresentando inovações aos procedimentos executivos, que é tratado no item 21 da exposição de motivos elaborada por Alfredo Buzaid.

Pode-se dizer que a alteração mais significativa que o novo Código de Processo Civil da época apresentou foi a equiparação dos títulos executivos extrajudiciais aos judiciais, o que tirou o Direito brasileiro de um atraso de séculos em relação aos sistemas europeus neste sentido. Além disso, o Código de Processo Civil de 1973 eliminou a medieval ação executiva, onde todos os títulos executivos, seja ele extrajudicial ou judicial, autorizavam a execução pura, sem necessidade de atos cognitivos de mérito⁷⁰.

O processo executivo do CPC/73, sofreu alterações ao longo de sua vigência. Destacam-se as Leis de nº 11.232/2005 e 11.382/2006. Estas reformas deixaram o processo executivo do CPC/73 com algumas semelhanças com o atual processo determinado pelo CPC/15.

3.3 O ATUAL PROCESSO DE EXECUÇÃO CIVIL E SEUS PRESSUPOSTOS

Com o advento do Código de Processo Civil de 2015, a execução de títulos executivos passou a dividir-se em duas espécies, a execução de títulos executivos judiciais e extrajudiciais.

Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939. Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/De11608.htm. Acesso em 06/03/2021.)

⁷⁰ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Execução civil** - 7 ed. São Paulo: Malheiros, 1998. P. 79.

O procedimento executório está disciplinado no Livro II da Parte Especial do Código de Processo Civil e é o processo em que são praticados, segundo Cassio Scarpinella Bueno, “atos visando à satisfação do direito suficientemente reconhecido em título executivo extrajudicial.”⁷¹, que, ainda, por força do art. 771 do CPC/15 aplicam-se as disposições do processo de execução de títulos extrajudiciais, subsidiariamente, ao cumprimento de sentença – execução de títulos executivos judiciais - no que couber.

Para Humberto Theodoro Júnior, o Estado, de maneira substitutiva, atua no processo de execução como provedor de uma atividade originalmente de competência do devedor, a qual seria de promover a satisfação que tem direito o credor⁷².

Para que o devedor tenha a legal competência para promover a execução buscando a satisfação do seu direito, é preciso observar a presença de dois requisitos: a existência de título executivo e o inadimplemento do devedor, sem ambos não poderá ocorrer a execução⁷³.

Cândido Rangel Dinamarco indica que esses dois requisitos formam a chamada *dúplice exigência*, que é aplicada tanto a execução de títulos extrajudiciais quanto a execução de títulos judiciais, onde toda execução está condicionada a esses requisitos, pois sem eles não haveria razão para provocar as atividades do Estado-juiz, requisitos este que também são chamado de pressupostos da execução. A saber: pressuposto formal a existência de título de obrigação líquida, certa e exigível; pressuposto prático, a mora do devedor^{74 75}.

3.3.1 O TÍTULO EXECUTIVO

Humberto Theodoro Júnior apresenta em sua obra que a doutrina é unânime ao reconhecer a regra fundamental da *nulla executio sine titulo*, onde só é cabível a execução

⁷¹ BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil - volume único** - 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. P 638

⁷² THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil: Volume III** – 53. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. P 214

⁷³ GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de direito processual civil: Teoria geral – vol. 1- 18. Ed.** São Paulo: Saraiva Educação. P. 21.

⁷⁴ Art. 394. Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer. (BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 30/04/2021.)

⁷⁵ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil: volume IV** - 3. Ed. São Paulo: Malheiros, 2009. P. 85.

forçada quando existe um título que sirva como base⁷⁶. Araken de Assis doutrina que o título executivo “É um dos requisitos que compõem o juízo de admissibilidade.”⁷⁷.

Os títulos podem ser extrajudiciais ou judiciais. Os judiciais são aqueles descritos no art. 515, não limitando-se apenas as sentenças, mas englobando qualquer decisão que reconheça uma obrigação. Os títulos apresentados pelo art. 515 são comuns quanto a autoridade da *coisa julgada*, ou seja, são imutáveis e só podem ser discutidas mediante impugnação nas balizas do art. 525, §2º. Já as espécies de títulos executivos extrajudiciais são apresentados no art. 784 do Código de Processo Civil.

No tocante aos efeitos práticos, no momento da criação do título executivo extrajudicial, o devedor, além de reconhecer que adquiriu uma obrigação, está assentindo que caso não cumpri-la, sofrerá as sanções jurídicas que a lei prevê em prejuízo o seu patrimônio.

Ademais, os títulos extrajudiciais podem ser classificados em *particulares* – originários de negócio jurídico privado confeccionado pelas partes - e *públicos* – constituídos por meio de documento oficial, com origem em órgão da administração pública⁷⁸.

O título executivo, para ter validade, precisa conter uma obrigação, que por sua vez contém dois tipos de requisitos para que possa haver a admissibilidade da execução, o (a) requisito formal e (b) requisito material, que apresenta-se como os pressuposto elencados no art. 783 do pergaminho processual, devendo ser a obrigação *certa, líquida e exigível*, os dois primeiros requisitos formais e o último requisito material.

A certeza da obrigação é o primeiro requisito para legitimar a execução e configura-se no momento em que os elementos essenciais para sua existência possa ser localizada no corpo do título executivo, é o que defende Humberto Theodoro Júnior⁷⁹.

Cassio Scarpinella Bueno apresenta em sua obra o seguinte acerca do tema:

A certeza relaciona-se com a existência da própria obrigação e do título executivo em si mesmo considerado. É, em rigor, o que vincula os limites dos atos executivos que tomam como base (e fundamento) a obrigação retratada no título.⁸⁰

⁷⁶ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil: Volume III** – 53. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. P 247

⁷⁷ ASSIS, Araken de. **Cumprimento de sentença**- 4. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. P 28.

⁷⁸ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Processo de Execução e Cumprimento de Sentença** - 30. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. P. 121

⁷⁹ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil: Volume III** – 53. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. P 250

⁸⁰ BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil - volume único** - 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. P 644

Continua Cassio Scarpinella Bueno:

Também é pertinente falar em “certeza subjetiva” no sentido de que o título executivo deve permitir apontar quem é o credor da obrigação nele retratada e quem é o réu. O caput do art. 778 é bastante claro nesse sentido, máxime quando lido em conjunto com o inciso I do art. 779.⁸¹

Neste passo, pode-se dizer que a obrigação é certa no momento em que é identificado os elementos constitutivos da obrigação, quais sejam, (a) quando é identificado os sujeitos da obrigação, credor e devedor, (b) quando é identificado se a natureza da obrigação é de dar, fazer, não fazer ou pagar e (c) quando é possível saber qual o objeto desta obrigação, dar o que, fazer ou não fazer o que, ou pagar quanto.

No passo em que certeza refere-se a existência dos elementos constitutivos da obrigação com a indicação dos sujeitos, da natureza e do seu objeto, a liquidez diz respeito à especificação do objeto da obrigação, apresentando o que e quanto se deve.

No título executivo extrajudicial, é imprescindível que a obrigação seja perfeitamente identificada, ou seja, precisa apresentar qual o valor do objeto da obrigação que poderá ser submetido apenas a atualização monetária, como disposto no art. 786 do CPC/15.

Quanto ao título executivo judicial, o art. 509, §2º do pergaminho processual apresenta que o credor pode iniciar diretamente o cumprimento de sentença quando o valor fixado na sentença depender apenas de cálculo aritmético, dispensando o procedimento de liquidação⁸².

A exigibilidade refere-se ao interesse de agir do credor diante do não cumprimento voluntário da obrigação ao qual se refere o título executivo.

A obrigação será exigível quando ela não estiver sujeita a termo e nem a condição, e sim quando ela for atual e estiver vencida, ou seja, já deveria ter ocorrido o seu adimplemento. Neste sentido, Humberto Theodoro Júnior ensina que “sem o vencimento da dívida, seja normal ou extraordinário, não ocorre a sua exigibilidade”⁸³.

⁸¹ BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil - volume único** - 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. P 645

⁸² THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil: Volume III** – 53. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. P 251

⁸³ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil: Volume III** – 53. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. P 252

No caso da obrigação estar sujeita a tempo ou condição, para que se possa dar início ao processo executório é necessário que o termo ou a condição esteja cumprido, sem o cumprimento não existe a exigibilidade da obrigação.

O título executivo judicial só será exigível de forma *definitiva* quando ocorrer o trânsito em julgado da decisão que o constituiu.

Humberto Theodoro Júnior ainda apresenta quando a obrigação perde a exigibilidade, *in verbis*:

O inadimplemento pressupõe uma situação de inércia culposa do devedor. Por isso mesmo, se ocorre, a qualquer tempo, o cumprimento voluntário da obrigação pelo devedor, “o credor não poderá iniciar a execução” (art. 788). E mesmo que já tenha tido início a execução forçada caberá sempre ao devedor o direito de fazer cessar a sujeição processual por meio do pagamento da dívida, que é, invariavelmente, fato extintivo do processo executivo (arts. 788 e 924, II).⁸⁴

Portanto, apenas existe a exigibilidade quando não houver adimplemento, a partir do momento em que o devedor satisfaz a obrigação, o título executivo perde a exigibilidade.

3.3.2 INADIMPLEMENTO DO DEVEDOR

O inadimplemento da obrigação é pressuposto prático para a promoção da execução, pois, sem o inadimplemento faltará ao credor interesse para promover a execução⁸⁵.

O Código Civil brasileiro, estabelece em seu Título IV, as regras aplicáveis ao inadimplemento das obrigações, considerando inadimplente aquele que não cumprir com a obrigação na forma e no tempo devido (art. 394, já citado), pois sem o vencimento “não se pode falar em descumprimento da obrigação do devedor.”⁸⁶

⁸⁴ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil: Volume III** – 53. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. P. 253

⁸⁵ GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de direito processual civil: Teoria geral – vol. 1- 18. Ed.** São Paulo: Saraiva Educação. P. 21.

⁸⁶ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Processo de Execução e Cumprimento de Sentença** - 30. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. P. 112.

Marcelo Abelha doutrina que “a mora corresponde sempre a um atraso no cumprimento da prestação devida, mas que não afasta a realização da mesma – que ainda se mostra útil ou passível de ser realizada.”⁸⁷.

No tocante a prova, depende ela de provocação do executado através dos embargos à execução, pois a simples alegação do exequente do não adimplemento da obrigação é situação jurídica extrínseca ao título executivo.⁸⁸

Portanto, com a existência de um título executivo certo, líquido e exigível, somado com o inadimplemento do devedor, é possível promover a execução, incumbindo ao executado provar o contrário.

3.3.3 DA COMPETÊNCIA PARA JULGAR

O juízo competente para processar a execução de títulos executivos extrajudiciais está previsto no art. 781 do CPC/15, dando a possibilidade, em alguns casos, do exequente escolher onde a ação será demandada.

O inciso I do art. 781 prevê que a execução poderá ser proposta no foro de domicílio do executado, no foro que foi eleito entre as partes e que conste no corpo do título executivo, ou, ainda, no foro de situação dos bens sujeitos pela obrigação.

Ocorrendo de o executado possuir mais que um domicílio, o exequente poderá optar por um deles, como apresenta o inciso II.

Caso o domicílio do executado por incerto ou desconhecido, a execução poderá ser ajuizada no foro em que aquele for encontrado ou no foro de domicílio do exequente, de acordo com o inciso III.

O inciso IV prevê a possibilidade da ocorrência de litisconsórcio passivo, podendo, caso os devedores possuírem domicílio em foros diferentes, o exequente escolher, dentro dos domicílios possíveis, onde ajuizar.

Também é possível ajuizar a ação no foro em que se praticou o ato ou que ocorreu o fato que originou o título, mesmo que o executado não resida mais ali, na forma do inciso V.

Já no tocante aos títulos judiciais, o art. 516 do CPC/15 disciplina a competência para realizar o cumprimento de sentença:

⁸⁷ ABELHA, Marcelo. **Manual de execução civil** – 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. P. 193.

⁸⁸ ABELHA, Marcelo. **Manual de execução civil** – 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. P. 197.

Art. 516. O cumprimento da sentença efetuar-se-á perante:

I - os tribunais, nas causas de sua competência originária;

II - o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição;

III - o juízo cível competente, quando se tratar de sentença penal condenatória, de sentença arbitral, de sentença estrangeira ou de acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo.⁸⁹

Portanto, em regra, o cumprimento de sentença sempre será distribuído para o juízo competente originário.

A exceção fica por conta do parágrafo único do art. 516, onde dispõem sobre a competência opcional, que, mediante requerimento ao juízo originário, “o exequente poderá optar pelo juízo do atual domicílio do executado, pelo juízo do local onde se encontrem os bens sujeitos à execução ou pelo juízo do local onde deva ser executada a obrigação de fazer ou de não fazer”⁹⁰.

3.4 RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

No direito civil e processual civil brasileiro é empregada a responsabilidade patrimonial do devedor, consoante o art. 391 do Código Civil, onde estabelece que “Pelo inadimplemento das obrigações respondem todos os bens do devedor.”⁹¹. Deste modo a execução civil se faz através da expropriação de bens do executado, de acordo com o art. 824 do CPC/15 que preleciona que “A execução por quantia certa realiza-se pela expropriação de bens do executado, ressalvadas as execuções especiais.”⁹²

O Código de Processo Civil de 2015 em seu art. 789 estabelece que “O devedor responde com todos os seus bens presentes e futuros para o cumprimento de suas obrigações, salvo as

⁸⁹ BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em fevereiro de 2021.

⁹⁰ BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em fevereiro de 2021.

⁹¹ BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 30/04/2021.

⁹² BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em fevereiro de 2021.

restrições estabelecidas em lei.”⁹³. Marcus Vinicius Rios Gonçalves doutrina que este dispositivo refere-se aos bens que o devedor já possui ou que venha a adquirir posteriormente⁹⁴.

Portanto, é sobre os bens do executado que recairá a execução, atingindo o patrimônio do devedor até a satisfação do crédito. Com o processo executivo em curso, ocorrerá a penhora, e é através dela que o bem passa para o poder do Estado, que, para levantar saldo com vistas ao pagamento do crédito executado, poderá aliená-lo, através da expropriação, para quem tiver interesse em adquiri-lo⁹⁵.

O art. 833 do Código de Processo Civil de 2015 estabelece os bens absolutamente impenhoráveis, determinando no seu *caput* que “são impenhoráveis”. Já o art. 834 estabelece os frutos e os rendimentos dos bens inalienáveis são relativamente impenhoráveis, pois estabelece que podem ser penhorados na falta de outros bens.⁹⁶

O art. 835 do CPC/15, em seus incisos, regulamenta a ordem preferencial, estabelecendo a penhora sobre dinheiro como prioritária, porém o juiz não precisa seguir esta ordem de forma engessada, como bem observa o §1º do mesmo artigo, onde dispõem que a ordem pode ser alterada de acordo com as circunstâncias do caso concreto, priorizando uma maior celeridade para a execução e uma menor onerosidade para o executado.

Acerca desta ordem, a jurisprudência, ainda à luz do CPC/73 no ano de 2000, já havia decidido no seguinte sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. NOMEAÇÃO DE BENS À PENHORA. TÍTULOS DADÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL. IMPUGNAÇÃO PELO CREDOR. FUNDAMENTAÇÃO.NECESSIDADE. ARTS. 620, 655 E 656, I, CPC. DOCTRINA. PRECEDENTES.RECURSO DESACOLHIDO. I - A ordem legal estabelecida para a nomeação de bens à penhora não tem caráter rígido, absoluto, devendo atender às circunstâncias do caso concreto, à satisfação do crédito e à forma menos onerosa para o devedor, "a fim de tornar mais fácil e rápida a execução e de conciliar quanto possível os interesses das partes". II - A gradação legal há de ter em conta, de um lado, o objetivo de satisfação do crédito e, de outro, a forma menos onerosa para o devedor. A conciliação desses dois princípios é que deve nortear a interpretação da lei processual, especificamente os arts. 655, 656 e 620 do Código de Processo Civil. III - Na espécie, as razões apresentadas pelo credor, embora apenas na contraminuta do agravo, justificam a recusa dos títulos de dívida pública, tanto pela

⁹³ BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em fevereiro de 2021.

⁹⁴ GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de direito processual civil: Teoria geral – vol. 1- 18. Ed.** São Paulo: Saraiva Educação. P. 36.

⁹⁵ SCARPARO, Eduardo. **Responsabilidade Patrimonial e Impenhorabilidades no CPC/2015.** Publicado na Revistas Magister de Direito Civil e Processual Civil/Edições/79 - Jul/Ago 2017. Disponível em: <https://www.magisteronline.com.br/mgstrrc/lpext.dll?f=templates&fn=index.htm>. Acessado em: 01/05/2021.

⁹⁶ BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em fevereiro de 2021.

dificuldade de sua liquidez, quanto pela insuficiência do seu valor, e também pela existência de outros bens, no caso um imóvel, capazes de solver a dívida. (STJ - REsp: 262158 RJ 2000/0055980-6, Relator: Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, Data de Julgamento: 22/08/2000, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 09/10/2000 p. 157)⁹⁷

Para Humberto Theodoro Júnior “O texto do dispositivo afina-se com a jurisprudência ao estatuir que “a penhora observará, *preferencialmente*”, a gradação da lei (e não obrigatória ou necessariamente)”⁹⁸.

3.5 GARGALO DA EXECUÇÃO

Pode-se dizer que a execução civil é um dos principais vilões que desencadeiam a crise do Poder Judiciário, pois o próprio CNJ considera que é hoje o maior gargalo do Judiciário, como é possível observar através do Justiça em Números, onde na Justiça Federal a duração dos processos em fase de execução estavam com a média de duração na casa dos 7 anos e 8 meses, e na Justiça Estadual na casa dos 6 anos e 9 meses⁹⁹.

Em 2019, o número de processos de conhecimento baixados na esfera civil foi superior ao novos (17,6 milhões baixados, enquanto os novos processos corresponderam a 13,9 milhões), mas em contrapartida, no que se refere às execuções civis, os números se invertem, onde 4,2 milhões de novos processos foram ajuizados e 3,2 milhões de processos foram baixados, contando ainda com mais de 7 milhões de execuções pendentes.¹⁰⁰

Através deste números é possível chegar ao valor das taxas de congestionamento, onde em 2019 os processos de conhecimento correspondem a 56,5% e a execução civil 70,6%¹⁰¹. Porém não pode ser dito que essa taxa é decorrente de uma baixa produção do Poder Judiciário,

⁹⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, 4ª T., **REsp: 262158 RJ 2000/0055980-6**, Relator: Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, Data de Julgamento: 22/08/2000, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 09/10/2000 p. 157. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19697717/recurso-especial-resp-262158-rj-2000-0055980-6/inteiro-teor-19697718>. Acesso em: 01/05/2021.

⁹⁸ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil: Volume III** – 53. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. P. 452.

⁹⁹ BRASIL. **Justiça em Números 2020: ano-base 2019/Conselho Nacional de Justiça** - Brasília: CNJ, 2020. P. 74. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/WEB-V3-Justi%C3%A7a-em-N%C3%BAmeros-2020-atualizado-em-25-08-2020.pdf>. Acessado em 08/04/2021. P. 178.

¹⁰⁰ BRASIL. **Justiça em Números 2020: ano-base 2019/Conselho Nacional de Justiça** - Brasília: CNJ, 2020. P. 74. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/WEB-V3-Justi%C3%A7a-em-N%C3%BAmeros-2020-atualizado-em-25-08-2020.pdf>. Acessado em 08/04/2021. P. 152.

¹⁰¹ BRASIL. **Justiça em Números 2020: ano-base 2019/Conselho Nacional de Justiça** - Brasília: CNJ, 2020. P. 74. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/WEB-V3-Justi%C3%A7a-em-N%C3%BAmeros-2020-atualizado-em-25-08-2020.pdf>. Acessado em 08/04/2021. P. 155.

pois como bem leciona Humberto Theodoro Júnior, “O objeto da execução forçada são os bens do executado, dos quais se procura extrair os meios de resgatar a dívida exequenda. Não há, no processo de execução, provas a examinar, nem sentença a proferir.”¹⁰²

A falta de bens do devedor não frustra a execução, apenas inviabiliza momentaneamente o prosseguimento do feito, suspendendo a execução, bem como a prescrição, pelo prazo de 1 ano, onde sem que seja localizado bens ocorrerá o arquivamento do processo podendo ser desarquivado a qualquer momento quando localizado bens do executado (Art. 921 CPC/15).

Outro motivo que suspende a execução e colabora para o aumento da taxa de congestionamento é a suspensão por falta de interessados na arrematação dos bens penhoráveis. Isto ocorre quando a alienação dos bens penhorados não se realiza por falta de licitantes e o exequente não requerer a adjudicação destes bens e nem indicar outros passíveis de penhora¹⁰³.

Tendo isto em vista, é necessário buscar soluções para a resolução da crise do Poder Judiciário, pois são inúmeras as consequências trazidas para a sociedade através da morosidade da justiça, destacando que a lentidão processual diminui, quando não retira, a eficácia da tutela ali buscada. Como uma possível solução para desafogar o Judiciário brasileiro, surge a possibilidade de promover a Desjudicialização da Execução Civil, que será abordado no próximo capítulo.

4 DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL

O tema da desjudicialização da execução civil não é novidade no direito comparado, encontrando bem sucedidos na Europa, principalmente em Portugal, de onde partiu a discussão do tema para o Direito brasileiro.

No Brasil, o assunto encontra eco na crise de efetividade da tutela executiva, ganhando maior notoriedade nos últimos anos, pois tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 6.204/19 de autoria da Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS), que prevê a desjudicialização da execução civil.

¹⁰² THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil: Volume III – 53. ed.** Rio de Janeiro: Forense, 2020. P. 707.

¹⁰³ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil: Volume III – 53. ed.** Rio de Janeiro: Forense, 2020. P. 713.

Referido Projeto de Lei prevê que a competência para realizar execução civil passaria para os cartórios de ofício de títulos e notas, incumbindo ao tabelião de protestos receber e processar a execução, passando a chamar-se agente de execução.

Antes de passarmos à análise do PL 6.204/19, faz-se necessária a comparação com experiências internacionais positivas no âmbito da desjudicialização da execução.

4.1 SISTEMAS EXECUTIVOS NA EUROPA

No Primeiro Mundo a execução de dívidas já ocorre de forma desjudicializada, a exemplo disto são os povos anglo-saxônicos que sempre trataram a execução como uma função administrativa. Os países europeus que adotam o tradicional *civil law* já encontram-se promovendo uma desvinculação da execução da atividade jurisdicional¹⁰⁴.

Países como a Alemanha, Itália, França e principalmente Portugal são bons exemplos a serem explorados, pois cada um possui um modelo próprio de execução com características próprias.

4.1.1 AGENTE DE EXECUÇÃO COMO ENTE PÚBLICO: ALEMANHA E ITÁLIA

Na Alemanha e na Itália o processo de execução é realizado através de atos do Oficial de Justiça ou executor judicial (Agente de execução), e o juiz interfere apenas após consumada a agressão ao patrimônio do executado. O processo executório só é deflagrado mediante provocação do exequente. Nos dois países o agente de execução é funcionário do Poder Judiciário¹⁰⁵.

A execução na Alemanha é realizada não apenas por um órgão de execução, mas por vários, que atuam conforme a pretensão a se executar. O ZPO, Código de Processo Civil alemão (*Zivilprozessordnung*, em alemão), diferencia a execução de acordo com a obrigação a ser cumprida: ações pecuniárias e execuções de entregar bens ou praticar ações ou omissões. O Agente de execução é o oficial de justiça, denominado *Gerichtsvollzieher*, considerado um

¹⁰⁴ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Projeto legislativo de desjudicialização da execução civil**. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2020/08/24/projeto-desjudicializacao-da-execucao-civil/>. Acessado em: 08/05/2021.

¹⁰⁵ RIBEIRO, Flávia Pereira. **Desjudicialização da execução civil** – 2.ed. Curitiba: Juruá, 2019. P. 82.

órgão de execução autônomo, sujeito à supervisão do juiz. É de sua responsabilidade examinar a existência dos requisitos necessários para a execução.

Além do agente de execução – *Gerichtsvollzieher* – pode ser citado ainda outros dois órgãos de execução, que são o Tribunal Executivo, denominado de *Amtsgericht*, responsável pela execução dos créditos pecuniários sobre bens imóveis; e o Tribunal de Primeira instância, responsável pelas execuções de ação ou omissão¹⁰⁶.

Na Itália, o processo de execução está previsto no Livro III do *Codice di procedura civile*, artigos 474 *usc* 632¹⁰⁷. Acerca do processo de execução italiano, Dinamarco apresenta que o devedor é intimado pelo oficial de justiça sobre o título executivo e sobre o *precetto*, que seria uma espécie de convite para pagar, do qual consta uma advertência, de que o não cumprimento dará ensejo à execução forçada. Decorrido o prazo sem que ocorra o pagamento, inicia-se os atos de execução forçada¹⁰⁸.

No processo de execução italiano o oficial de justiça é quem tem o dever de executar o título executivo e o juiz de execução atua para dirimir as disputas que por ventura surjam no momento da execução, além de tem como missão supervisionar a fase final do processo¹⁰⁹.

Portanto, no direito alemão e no direito italiano, o agente de execução é ente público, ligado ao Poder Judiciário e por ele supervisionado.

4.1.2 AGENTE DE EXECUÇÃO COMO UM ENTE PRIVADO: FRANÇA

No direito francês as execuções são realizadas através dos oficiais de justiça, denominados de *huissiers de justice*, determinando a legislação francesa acerca do treinamento, função e constituição de escritórios¹¹⁰, cabendo-lhes o monopólio das execuções forçadas.

Os Tribunais só atuam na execução quando o devedor opuser embargos, que podem ser oferecidos após a notificação da penhora de um bem, mas caso não houver embargos, o bem

¹⁰⁶ Sobre os atores de execução na Alemanha, disponível em: <http://www.europe-eje.eu/en/fiche-thematique/note-2-actors-enforcement-1>. Acessado em: 08/05/2021.

¹⁰⁷ ITÁLIA. **Codice di procedura civile**. Disponível em: <https://www.altalex.com/documents/codici-altalex/2015/01/02/codice-di-procedura-civile>. Acessado em: 08/05/2021.

¹⁰⁸ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Execução civil – 7. ed.** São Paulo: Malheiros, 1998. P. 96.

¹⁰⁹ Sobre os atores de execução na Itália, disponível em: <http://www.europe-eje.eu/en/fiche-thematique/note-12-actors-principles-enforcement>. Acessado em: 08/05/2021.

¹¹⁰ RIBEIRO, Flávia Pereira. **Desjudicialização da execução civil – 2.ed.** Curitiba: Juruá, 2019. P. 95.

penhorado será arrestado pelo *huissier* que procederá a venda em leilões públicos, ou quando for dinheiro requisitará a entrega ao credor¹¹¹.

O *huissier* é um profissional liberal independente que deve ser graduado em direito e ter passado por um treinamento de 2 anos, além de ter exercido um estágio em um escritório de um *huissier*. Estes profissionais tem autonomia para, entre outros, propor acordo entre as partes e escolher o método executivo que considerar mais adequado¹¹².

4.1.3 A DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL EM PORTUGAL

O sistema processual português vem passando por modernizações com vistas a garantir maior celeridade com a máxima efetividade à tutela executiva desde 2003 com a edição do Decreto-Lei nº 38/2003 que implementou os primeiros passos da desjudicialização da execução, criando um modelo cooperativo de execução, transferindo várias funções para os agentes de execução, sem quebrar a reserva jurisdicional e o controle judicial¹¹³.

Acerca das execuções no sistema processual português, Flávia Pereira Ribeiro coloca que:

Até as reformas da execução portuguesa, a realização coercitiva de natureza civil era competência exclusiva do Tribunal, órgão inserido na função jurisdicional do Estado e independente do poder executivo ou administrativo e legislativo. O sistema executivo de matriz judicial de Portugal era exatamente igual ao sistema que se conhece no Brasil ainda hoje.¹¹⁴

Contudo, a reforma de 2003 precisou ser aperfeiçoada, o que ocorreu com o Decreto-lei nº 226/2008, conhecido como a reforma da reforma, implementada com três grandes objetivos: I) tornar a execução mais simples, eliminando formalidades desnecessárias (entre elas as intervenções desnecessárias do juiz, limitando sua atuação para os casos em que houvesse oposição ou para as questões relevantes); II) aumentar o número de agentes de execução mediante alguns atos com o intuito de tornar a carreira mais atrativa; e III) evitar processos de

¹¹¹ RIBEIRO, Flávia Pereira. **Desjudicialização da execução civil** – 2.ed. Curitiba: Juruá, 2019. P. 96.

¹¹² RIBEIRO, Flávia Pereira. **Desjudicialização da execução civil** – 2.ed. Curitiba: Juruá, 2019. P. 96 – 97.

¹¹³ CALDAS, Roberto Correia da Silva Gomes. **O modelo desjudicialização colaborativa da execução civil portuguesa: uma abordagem a partir dos seus procedimentos e sua aplicabilidade ao Brasil**. Revista de Direito Brasileira, Florianópolis- SC, Vol. 25, n. 10, P. 345-365. Publicado em Jan./Abr. 2020.

¹¹⁴ RIBEIRO, Flávia Pereira. **Desjudicialização da execução civil** – 2.ed. Curitiba: Juruá, 2019. P. 115.

execução inúteis, criando uma lista pública contendo dados de todas as execuções frustradas por inexistência de bens do executado¹¹⁵.

Em 2013, um novo Código de Processo Civil português, estabeleceu uma divisão mais criteriosa entre as atividades do juiz e do agente de execução. Sendo reservado primeiro todos os atos de apreciação de direitos fundamentais das partes ou de terceiros, e, aos agentes de execução, cabendo todos os atos que não são privativos do magistrado¹¹⁶.

Desta forma, a execução civil em Portugal abandonou o modelo tradicional, cuja competência era exclusiva do Estado, passando a um modelo público-privado, onde a execução é procedida perante o agente de execução, cabendo ao juiz togado dirimir os conflitos decorrentes.

4.2 PROPOSTA DE DESJUDICIALIZAÇÃO PARA O BRASIL

Como em outras áreas, o Direito comparado, acima analisado, oferece subsídios na busca por um modelo de desjudicializado da execução civil no Brasil, visando solucionar a crise Judicial ligada ao gargalo dos procedimentos executivos, pois as execuções civis, principalmente as de quantia, formam grupos de crescimento quantitativo progressivo com taxas de congestionamento acima da taxa geral do Poder Judiciário¹¹⁷.

No Brasil, o tema da desjudicialização da execução civil não é novidade na ciência processual, há décadas os estudiosos buscam encontrar mecanismos dentro dos limites jurisdicionais e meios para colocar em prática este modelo executivo¹¹⁸.

Essa busca em proporcionar uma desjudicialização no Brasil vem ao encontro com o estabelecido no Programa Mundial de Desenvolvimento Sustentável, liderado pela ONU, onde ficou estabelecidos objetivos e metas que devem ser cumpridas até 2030, onde três destas metas estão ligadas ao tema *Alternative Dispute Resolution* (ADR), quais sejam: a buscar pela promoção do Estado de Direito por intermédio da garantia igual e para todos do acesso à justiça

¹¹⁵ RIBEIRO, Flávia Pereira. **Desjudicialização da execução civil** – 2.ed. Curitiba: Juruá, 2019. P. 118-119.

¹¹⁶ MEDEIROS NETO, Elias Marques de. **A recente lei n. 13.606/18, a execução em Portugal e a busca antecipada de bens do devedor no Brasil**. Revista Pensamento Jurídico, São Paulo, Vol. 12, n. 2, P. 140-168. Publicado em jul./dez. 2018. P. 150.

¹¹⁷ CILURZO, Luiz Fernando. **A desjudicialização na execução por quantia**. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito. São Paulo: 2016. P. 194.

¹¹⁸ FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. **Da constitucionalidade da execução civil extrajudicial – análise dogmática do PL 6.204/2019**. Publicado em 2020. Disponível em <https://www.abdireitocivil.com.br/artigo/da-constitucionalidade-da-execucao-civil-extrajudicial-analise-dogmatica-do-pl-6-204-2019%C2%B9/>. Acessado em 11/05/2021.

dos quadros do Poder Judiciário, com inspiração na desjudicialização promovida em Portugal¹²³.

Através desta proposta, sugere-se implementar um modelo de desjudicialização da execução civil onde delega-se a um agente privado o dever de (a) verificar os pressupostos da execução; (b) citar o devedor; (c) penhorar bens e vendê-los; e (d) receber pagamentos e dar quitação ao crédito exequendo, reservando ao Estado-juiz a apreciação e resoluções de litígios decorrentes da execução por meio dos embargos¹²⁴. Esta delegação seria dirigida aos tabelionatos de notas e protestos, ampliando-se as atribuições do tabelião, transformando-o em agente de execução¹²⁵.

Na proposta de desjudicialização do Projeto de Lei nº 6.2014/19 a aplicação do Código de Processo Civil seria de forma subsidiária, sendo vedada a participação de agentes incapazes, do preso, ou adolescente internado, das pessoas jurídicas de direito público, da massa falida e do insolvente civil¹²⁶.

Consta no Projeto de Lei nº 6.204/19 o que seriam as novas incumbências do tabelião de protesto na função de agente de execução, quais sejam:

Art. 4º. Incumbe ao agente de execução:

- I - examinar o requerimento e os requisitos do título executivo, bem como eventual ocorrência de prescrição e decadência;
- II – consultar a base de dados mínima obrigatória, nos termos do art. 29, para localização do devedor e de seu patrimônio;
- III – efetuar a citação do executado para pagamento do título, com os acréscimos legais;
- IV – efetuar a penhora e a avaliação dos bens;
- V – realizar atos de expropriação;
- VI – realizar o pagamento ao exequente;
- VII – extinguir a execução;
- VIII – suspender a execução diante da ausência de bens suficientes para a satisfação do crédito;

¹²³ HILL, Flávia Pereira. **Desjudicialização da execução civil: reflexões sobre o projeto de lei nº 6.204/2019** – Artigo publicado na Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP- Rio de Janeiro. Ano 14. Volume 21. Número 3. Setembro a Dezembro de 2020. Pág. 164- 205. P. 181.

¹²⁴ RIBEIRO, Flávia Pereira. **Desjudicialização da execução civil** – 2.ed. Curitiba: Juruá, 2019. P.147.

¹²⁵ GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. **Execução e desjudicialização. Modelos, procedimento extrajudicial pré-executivo e o PL n. 6204/2019**. Publicado na Revista de Processo-RePro-RT, n.306, agosto de 2020. Disponível em: <https://www.gaiojr.adv.br/astherlab/uploads/arquivos/artigos/Execucao-e-Desjudicializacao.pdf>. Acessado em: 13/05/2021.

¹²⁶ BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 6.204, de 20 de novembro de 2019**. Dispõe sobre a desjudicialização da execução civil de título executivo judicial e extrajudicial; altera as Leis nº a nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, a nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, e a nº 13.105 de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil. Brasília: Senado Federal, 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8041988&ts=1594037652027&disposition=inline>. Acessado em: 15/05/2021.

IX – consultar o juízo competente para sanar dúvida relevante;

X – encaminhar ao juízo competente as dúvidas suscitadas pelas partes ou terceiros em casos de decisões não reconsideradas.¹²⁷

O procedimento executivo, diz o referido Projeto, deve iniciar com um requerimento do exequente ao agente de execução, observados os requisitos do art. 798 do CPC, e recolhidos os emolumentos pertinentes, garantindo-se a gratuidade de justiça (artigos 5º e 8º do Projeto de Lei nº 6.204/19).

Verificando, o agente de execução, que o requerimento preenche todos os requisitos e vem acompanhado dos documentos que lhes são indispensáveis, procederá a citação do executado para efetuar o pagamento em 5 (cinco) dias, acrescido de juros, correção monetária, honorários advocatícios de 10% (dez por cento) e emolumentos iniciais, sob pena de penhora e expropriação de bens¹²⁸. Caso contrário, determinará as correções necessárias sob pena de cancelamento do requerimento (art. 9º do PL nº 6.204/19).

Conforme visto, a desjudicialização proposta por meio do Projeto de Lei 6.204/19 não desnatura e nem retira a execução civil do controle do Poder Judiciário. Apenas delega a função, podendo o Estado-juiz ser provocado pelas partes ou pelo agente de execução quando necessário, cabendo ao agente de execução suscitar ao juízo competente questões relacionadas ao título exequendo ou ao procedimento executivo. Ainda, garante o art. 21 do referido Projeto que, no caso das decisões do agente de execução causarem prejuízos às partes, elas poderão impugna-las por meio de suscitação de dúvida perante o próprio agente, que poderá reconsiderar, e caso de não fazer, encaminhar a impugnação ao juízo competente¹²⁹.

Nas disposições finais, o Projeto de Lei nº 6.204/19 prevê alterações em vários artigos do CPC/15 (artigos 516, 518, 525, 526, e 771), visando adequá-lo à nova proposta executiva.

¹²⁷ BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 6.204, de 20 de novembro de 2019**. Dispõe sobre a desjudicialização da execução civil de título executivo judicial e extrajudicial; altera as Leis nº a nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, a nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, e a nº 13.105 de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil. Brasília: Senado Federal, 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8041988&ts=1594037652027&disposition=inline>. Acessado em: 15/05/2021.

¹²⁸ BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 6.204, de 20 de novembro de 2019**. Dispõe sobre a desjudicialização da execução civil de título executivo judicial e extrajudicial; altera as Leis nº a nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, a nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, e a nº 13.105 de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil. Brasília: Senado Federal, 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8041988&ts=1594037652027&disposition=inline>. Acessado em: 15/05/2021.

¹²⁹ WELSCH, Gisele Mazzani. **Desjudicialização da execução: análise a partir do PL 6204/19**. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/tendencias-do-processo-civil/342854/desjudicializacao-da-execucao-analise-a-partir-do-pl-6204-19>. Publicado em: 05/04/2021. Acessado em: 13/05/2021.

Diga-se que o Projeto de Lei nº 6.204/19 conta com um parecer favorável do Instituto dos Advogados do Brasil- IAB, que através de sua Comissão Permanente de Direito Processual Civil efetuou sugestões com vistas ao aperfeiçoamento do Projeto, dando enfoque principalmente para a necessidade de prever a atuação da Defensoria Pública, em observância à assistência jurídica prevista no art. 5º, LXXIV e 134 da CRFB/1988. Também sugeriu que o projeto regulamente as causas executivas sujeitas à competência dos Juizados Especiais. Outro ponto de sugestão importante é no tocante a citação por edital, sugerindo que só ocorra em simetria com o art. 256, §3º do CPC/15¹³⁰.

4.3 ASPECTOS GERAIS DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRARIS

Os serviços notariais consistem em uma atividade delegada pelo Poder Público para um ente privado por força expressa da Constituição Federal, que prevê em seu art. 236 que “Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público”¹³¹. Além da previsão constitucional, os serviços notariais e registrares são regulamentados pela Lei nº 8.935/94, chamada de Lei dos Notários e Registradores ou de Estatuto dos Notários e Registradores, onde no art. 3º é apresentado que “Notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de registro”¹³².

Celso Antônio Bandeira de Mello classifica os notários e registradores como “Particulares em colaboração com a Administração”. Nesta classificação, os colaboradores da administração são sujeitos que exercem função pública sem perder a qualidade de particular¹³³.

Hely Lopes Meirelles apresenta, na mesma linha de pensamento, que:

Agentes delegados: são particulares - pessoas físicas ou jurídicas, que não se enquadram na aceção própria de agentes públicos - que recebem a incumbência da

¹³⁰ INSTITUTO DOS ADVOGADOS DO BRASIL- IAB. **Parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 6.204/2019, de autoria da Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), que visa promover a desjudicialização da execução civil do título executivo judicial e extrajudicial, bem como alterar a Lei de Lucro Real Presumido (Lei nº 9.430/1996), a Lei de Protesto (Lei nº 9.492/1997), a Lei de Emolumentos (Lei nº 10.169/2000) e o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015).** Data do parecer: 11 de agosto de 2020.

¹³¹ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2021.

¹³² BRASIL. **Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994. Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios).** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18935.htm. Acessado em: 12/02/2021.

¹³³ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo** - 32. Ed. São Paulo: Malheiros. P. 257.

execução de determinada atividade, obra ou serviço público e o realizam em nome próprio, por sua conta e risco, mas segundo as normas do Estado e sob a permanente fiscalização do delegante. Esses agentes não são servidores públicos, nem honoríficos, nem representantes do Poder Público. Nessa categoria encontram-se os concessionários e permissionários de obras e serviços públicos, os serventuários de ofícios ou cartórios não estatizados, os leiloeiros, os tradutores e intérpretes públicos, as demais pessoas que recebem delegação para a prática de alguma atividade estatal ou serviço de interesse coletivo.¹³⁴

Outro ponto importante que deve ser observado é a natureza do ato de outorga de delegação ao particular, que é personalíssimo, competindo ao delegatário do serviço extrajudicial realizar a atividade pessoalmente, ainda que em companhia de colaboradores por ele contratados.¹³⁵

Os notários e registradores ingressam na atividade mediante concurso público, como estabelecido pelo art. 236, §3º da CRFB/1988, além de precisar cumprir alguns requisitos, estabelecidos pelo art. 14 da Lei nº 8.935/94¹³⁶.

No tocante a remuneração destes profissionais, os notários e registradores não acarretam ônus financeiro ao Estado, pois a sua remuneração advém da arrecadação dos emolumentos estabelecidos em lei, ao contrário da criação de cargos de juízes, que são atrelados ao Poder Judiciário e demandariam ampliação da infraestrutura e, conseqüentemente, dos gastos públicos¹³⁷.

A desjudicialização, como vimos, pode dar efetividade ao processo de execução, além de desafogar o Poder Judiciário, concentrando a atividade do juiz em questões que envolvam litígios, dando celeridade a prestação jurisdicional. A desjudicialização por meio de delegação não causa prejuízos a jurisdição, pelo contrário, demonstra uma evolução necessária. Todavia, levando em consideração que o Projeto de Lei nº 6.204/19 tramita em fase inicial, demanda ainda muitas discussões para o seu aperfeiçoamento.

A seguir tratar-se-á das considerações finais acerca da desjudicialização da execução civil como contraponto à crise do poder judiciário.

¹³⁴ MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro** - 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. P. 81.

¹³⁵ GENTIL, Alberto. **Registros Públicos** – 2. Ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. 9788530992675. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992675/>. Acesso em: 13/05/2021. P. 1.

¹³⁶ GENTIL, Alberto. **Registros Públicos** – 2. Ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. 9788530992675. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992675/>. Acesso em: 13/05/2021. P. 3.

¹³⁷ FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. **Desjudicialização da execução civil: As razões contidas no PL 6.204/19**. Publicado em 07/07/2020. Disponível em <https://www.migalhas.com.br/depeso/330308/desjudicializacao-da-execucao-civil>. Acessado em: 12/05/2021.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho foi investigar se a desjudicialização da execução civil seria um caminho viável para tornar mais célere e efetiva a prestação jurisdicional no processo de execução.

De forma inicial, como intuito de analisar a desjudicialização como Meio Alternativo para a resolução de conflitos diante de uma crescente judicialização, fez-se necessário o estudo da jurisdição como forma de manifestação do Poder Estatal, conceituando, analisando alguns de seus pontos e espécies.

Através dos números disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça no anuário Justiça em Números de 2020, pode-se observar um grande volume de processos em tramitação no ano de 2019, com duração média de 5 anos e 4 meses desde o ajuizamento até a baixa definitiva. Diante disto, buscou-se entender os motivos que levam a esta demora na prestação jurisdicional, onde foi possível analisar que a estrutura do Poder Judiciário encontra-se em deficiência, com o número de magistrados insuficiente para suprir a demanda atual de processos, prejudicando a efetividade da prestação jurisdicional.

Com o intuito de entregar à sociedade uma prestação jurisdicional mais rápida e eficaz, surge os Meios Alternativos para Resolução de Conflitos, traduzidos na Mediação, na Conciliação e na Arbitragem, ao que poderá se somar o instituto da desjudicialização, que já aplicado no direito brasileiro, e consiste no deslocamento de algumas atividades de atribuição do Poder Judiciário, pois função jurisdicional é a este atribuída, para agentes externos. Este deslocamento, de procedimentos sem litígios para outros agentes, traz benefícios para a sociedade em geral, pois permite que o juiz concentre sua atenção para as questões de maior complexibilidade, que envolvam um conflito entre parte.

Restou comprovado ao final do Capítulo 2 que a desjudicialização sem ferir princípios constitucionais é viável no Brasil, pois a função jurisdicional não é exclusiva do Poder Judiciário, mas apenas típica, de modo que a desjudicialização já foi posta em prática no direito brasileiro quando promoveu-se a desjudicialização da ratificação de Registros Imobiliários e dos procedimentos de inventário, separação e divórcio, quando consensuais e que não envolva menores de idade.

Neste capítulo foi discorrido acerca da divisão da jurisdição, que por sua vez pode ser dividida de várias formas, entre elas a *contenciosa*, que diz respeito aos processos que envolvam uma lide a ser resolvida, e a *voluntária*, que possui caráter administrativo.

Portanto, pode ser notado neste capítulo que o Estado, desde que assumiu o papel de solucionar os conflitos, proibindo a chamada autotutela, absorveu toda a jurisdição, tanto a contenciosa quanto a voluntária, monopolizando o poder de julgar.

No Capítulo 3 foi realizado uma breve investigação da evolução histórica da legislação executiva, desde as ordenações Filipinas até o advento do Código de Processo Civil de 2015, além de discorrer como ocorre o atual processo de execução brasileiro. Neste Capítulo conceituou-se a execução como o conjunto de medidas que buscam da resultados práticos ao direito do exequente.

Tratou-se aqui principalmente acerca dos pressupostos que regem o processo de execução, sendo objeto de estudo o título executivo, o inadimplemento do devedor e a responsabilidade patrimonial.

Ao final restou comprovado, novamente através dos números disponibilizados no Justiça em Números de 2020, que a execução civil tornou-se um gargalo do Poder Judiciário, sendo necessário promover uma busca para solucionar este entrave, onde surge o debate sobre a desjudicialização da execução civil.

Por derradeiro, dedicou-se o Capítulo 4 ao estudo da desjudicialização da execução civil, utilizando do direito comparado para analisar alguns modelos desjudicializados na Europa.

Foi analisado os procedimentos desjudicializados que são postos em pratica na Alemanha, Itália, França e, principalmente, com mais atenção, ao procedimento português de execução civil, de onde partiu o debate da desjudicialização da execução civil para o direito brasileiro.

Fez-se uma análise sobre os pontos positivos da introdução da desjudicialização da execução civil no ordenamento jurídico nacional, tendo como principal ponto a consonância com o Programa Mundial de Desenvolvimento Sustentável, liderado pela ONU, onde está estabelecido objetivos e metas que devem ser cumpridas até 2030, onde três destas metas estão ligadas ao tema *Alternative Dispute Resolution* (ADR).

Outro ponto positivo da desjudicialização da execução civil seria que os juízes poderiam dedicar mais tempo e atenção aos procedimentos que envolvam uma lide, promovendo desde modo uma prestação jurisdicional mais célere e qualificada.

Posteriormente fez-se um estudo de uma proposta de desjudicialização para o Brasil, onde foi apresentado o modelo proposto pelo Projeto de Lei nº 6.204/19, em tramitação no

Congresso Nacional, propondo que a execução civil seja delegada aos tabelionatos de notas e protestos, atribuindo ao tabelião a função de Agente de Execução.

Delegar a execução civil aos tabelionatos de notas e protestos não teria reflexos positivos apenas na celeridade e qualificação da prestação jurisdicional, mas também acarretaria em desoneração do Poder Público, uma vez que a remuneração do agente de execução seria obtido através do pagamento de emolumentos estabelecidos em Lei, enquanto a continuidade dos processos de execução com o Poder Judiciário demandaria um aumento no número de servidores e de magistrados, colaborando assim para o crescimento da infraestrutura e, conseqüentemente, dos gastos públicos.

Porém, o Projeto de Lei nº 6.204/19 ainda demandará muita discussão para o seu aperfeiçoamento, uma vez que encontra-se em fase inicial de tramitação.

Deste modo, restou comprovado a hipótese de que é possível promover uma desjudicialização da execução civil, tendo como resultado uma maior eficácia e celeridade na satisfação do crédito exequendo, e refletindo em uma diminuição nos gastos Estatais, sem ferir princípios constitucionais dos jurisdicionados.

A possibilidade é decorrente de que o Poder Judiciário não tem exclusividade na prestação jurisdicional, mas sim possui tipicidade, pois ela é uma manifestação do Estado, que entrega essa função aos órgãos competentes. Ademais, a desjudicialização acarretaria em uma evolução nos meios de prestação jurisdicional.

REFERÊNCIAS

ABELHA, Marcelo. **Manual de execução civil** – 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

ALEMANHA. **Zivilprozessordnung**. Disponível em: <https://www.gesetze-im-internet.de/zpo/>. Acessado em: 08/05/2021.

ARCARO, Alexandre Augusto. **O fenômeno da desjudicialização na execução civil e o agente de execução: dos atos dos agentes de execução e a interconexão com os órgãos jurisdicionais**. Dissertação de mestrado, Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP. Brasília: 2020.

ASSIS, Araken de. **Manual da execução** – 11. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

ASSIS, Araken de. **Cumprimento de sentença**- 4. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

BARBOSA, Miguel. **O Fenômeno da Desjudicialização advindo do novo CPC/15 e sua atuação no auxílio da desobstrução e celeridade do judiciário**. Disponível em: <https://juridicocerto.com/p/miguelbarbosa/artigos/o-fenomeno-da-desjudicializacao-advindo-do-novo-cpc-15-e-sua-atuacao-no-auxilio-da-desobstrucao-e-celeridade-do-judiciario-4076>. Acessado em: 25/04/2021.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Efetividade do processo e técnica processual** - 3. Ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência (tentativa de sistematização)**. São Paulo: Malheiros, 2001.

BERMUDES, Sergio. **Introdução ao processo civil**- 6.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 737, de 25 de novembro de 1850.** Determina a ordem do Juízo no Processo Commercial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM0737.htm. Acesso em: 06/03/2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939.** Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del1608.htm. Acesso em 06/03/2021.

BRASIL. **Justiça em Números 2020: ano-base 2019/Conselho Nacional de Justiça - Brasília: CNJ, 2020.** Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/WEB-V3-Justi%C3%A7a-em-N%C3%BAmeros-2020-atualizado-em-25-08-2020.pdf>. Acessado em 08/04/2021.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 6.204, de 20 de novembro de 2019.** Dispõe sobre a desjudicialização da execução civil de título executivo judicial e extrajudicial; altera as Leis nº a nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, a nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, e a nº 13.105 de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil. Brasília: Senado Federal, 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8041988&ts=1594037652027&disposition=inline>. Acessado em: 15/05/2021.

BRASIL. **Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.** Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm. Acesso em: 24/04/2021.

BRASIL. **Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994. Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios).** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8935.htm. Acessado em: 12/02/2021.

BRASIL. **Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.** Dispõe sobre a arbitragem. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9307.htm. Acesso em: 11/04/2021.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 30/04/2021.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em fevereiro de 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, 4ª T., **REsp: 262158 RJ 2000/0055980-6**, Relator: Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, Data de Julgamento: 22/08/2000, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 09/10/2000 p. 157. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19697717/recurso-especial-resp-262158-rj-2000-0055980-6/inteiro-teor-19697718>. Acesso em: 01/05/2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **SE-AgR: 5206 EP**, Relator: SEPÚLVEDA PERTENCE, Data de Julgamento: 12/12/2001, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 30-04-2004 PP-00029 EMENT VOL-02149-06 PP-00958).

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil - volume único - 6. ed.** São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

BUSNELLO, Saul José. **Mediação como forma autocompositiva de resolução de conflitos no Brasil: Uma alternativa à Jurisdição Civil**. Dissertação de mestrado. Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Itajaí: 2017.

CALDAS, Roberto Correia da Silva Gomes. **O modelo desjudicialização colaborativa da execução civil portuguesa: uma abordagem a partir dos seus procedimentos e sua aplicabilidade ao Brasil**. Revista de Direito Brasileira, Florianópolis- SC, Vol. 25, n. 10, P. 345-365. Publicado em Jan./Abr. 2020.

CASCARDO, Leonardo. **A desjudicialização como ferramenta diferencial de acesso à Justiça: A Desjudicialização como Forma de Acesso à Justiça**. Disponível em: <https://armelonicascardo.jusbrasil.com.br/artigos/339289050/a-desjudicializacao-como-ferramenta-diferencial-de-acesso-a-justica>. Acessado em: 25/04/2021.

CARNEIRO, Athos Gusmão. **Jurisdição e competência**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CILURZO, Luiz Fernando. **A desjudicialização na execução por quantia**. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito. São Paulo: 2016.

DIDIER Jr., Fredie. **Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento**. 21. Ed. Salvador: Jus Podivm, 2019.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. - 14ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Execução civil – 7. ed.** São Paulo: Malheiros, 1998.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil: volume IV - 3. Ed.** São Paulo: Malheiros, 2009.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso didático de direito processual civil – 20. Ed.** São Paulo: Atlas, 2017.

FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. **Arbitragem – 3. ed.** Rio de Janeiro: Forense, 2019.

FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. **Da constitucionalidade da execução civil extrajudicial – análise dogmática do PL 6.204/2019**. Publicado em 2020. Disponível em <https://www.abdireitocivil.com.br/artigo/da-constitucionalidade-da-execucao-civil-extrajudicial-analise-dogmatica-do-pl-6-204-2019%C2%B9/>. Acessado em 11/05/2021.

FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. **Desjudicialização da execução civil: As razões contidas no PL 6.204/19**. Publicado em 07/07/2020. Disponível em <https://www.migalhas.com.br/depeso/330308/desjudicializacao-da-execucao-civil>. Acessado em: 12/05/2021.

FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. **Execução simplificada e a desjudicialização do processo civil: mito ou realidade**. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2020/09/03/execucao->

desjudicializacao-do-

processo/#:~:text=Execu%C3%A7%C3%A3o%20simplificada%20e%20a%20desjudicializa%C3%A7%C3%A3o%20do%20processo%20civil%3A%20mito%20ou%20realidade&text=%E2%80%9CA%20experi%C3%Aancia%20tumultuada%20destes%20%C3%BAltimos,talvez%20n%C3%A3o%20mere%C3%A7a)%20ser%20cultivado. Publicado em: 03/10/2020. Acessado em: 15/05/2021.

GAIÓ JÚNIOR, Antônio Pereira. **Execução e desjudicialização. Modelos, procedimento extrajudicial pré-executivo e o PL n. 6204/2019.** Publicado na Revista de Processo-RePro-RT, n.306, agosto de 2020. Disponível em: <https://www.gaiojr.adv.br/astherlab/uploads/arquivos/artigos/Execucao-e-Desjudicializacao.pdf>. Acessado em: 13/05/2021.

GENTIL, Alberto. **Registros Públicos** – 2. Ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. 9788530992675. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992675/>. Acesso em: 13/05/2021

GRINOVER, Ada Pellegrini. **A inafastabilidade do controle jurisdicional e uma nova modalidade de autotutela.** Revista Brasileira de Direito Constitucional, nº 10, jul-dez. 2007. Disponível em: http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-013-Ada_Pellegrini_Grinover.pdf. Acessado em: 17/05/2021.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de direito processual civil: Teoria geral – vol. 1- 18. Ed.** São Paulo: Saraiva Educação.

HELENA. Eber Zoehler Santa. **O fenômeno da desjudicialização.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/7818/o-fenomeno-da-desjudicializacao>. Acesso em: 23/04/2021.

HILL, Flávia Pereira. **Desjudicialização da execução civil: reflexões sobre o projeto de lei nº 6.204/2019** – Artigo publicado na Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP- Rio de Janeiro. Ano 14. Volume 21. Número 3. Setembro a Dezembro de 2020. Pág. 164- 205.

INSTITUTO DOS ADVOGADOS DO BRASIL- IAB. **Parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 6.204/2019, de autoria da Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), que visa**

promover a desjudicialização da execução civil do título executivo judicial e extrajudicial, bem como alterar a Lei de Lucro Real Presumido (Lei nº 9.430/1996), a Lei de Protesto (Lei nº 9.492/1997), a Lei de Emolumentos (Lei nº 10.169/2000) e o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015). Data do parecer: 11 de agosto de 2020.

ITÁLIA. **Codice di procedura civile.** Disponível em: <https://www.altalex.com/documents/codici-altalex/2015/01/02/codice-di-procedura-civile>. Acessado em: 08/05/2021.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito: introdução à problemática jurídico-científica.** Tradução e estudo introdutório Alexandre Travessoni Gomes Trivisonno. - 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2021.

LIMA, Walber Cunha. **Evolução histórica do processo de execução civil.** Revista da FARN, Natal, v.7, n. 2, p. 69-81, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.revistas.unirn.edu.br/index.php/revistaunirn/article/view/149/178>. Acessado em 06/03/2021.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. **Embargos à execução.** São Paulo: Saraiva, 1996.

MEDEIROS NETO, Elias Marques de. **A recente lei n. 13.606/18, a execução em Portugal e a busca antecipada de bens do devedor no Brasil.** Revista Pensamento Jurídico, São Paulo, Vol. 12, n. 2, P. 140-168. Publicado em jul./dez. 2018

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro** - 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo** - 32. Ed. São Paulo: Malheiros.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade: Estudos de direito constitucional** – 4. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2012.

MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição** – 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

MONTESQUIEU. **O espírito das leis: as formas de governo, a federação, a divisão dos poderes.** Introdução, tradução e notas de Pedro Vieira Mota. — 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

Ordenações Filipinas. Transcritas na Integra, disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>. Acessado em 06/03/2021.

RIBEIRO, Flávia Pereira. **Desjudicialização da execução civil** – 2.ed. Curitiba: Juruá, 2019.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; LAMY, Eduardo de Avelar, **Teoria Geral do Processo** – 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SALLES, Carlos Alberto de. *Et al.* **Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem: curso de métodos adequados de solução de controvérsias** – 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021

SCARPARO, Eduardo. **Responsabilidade Patrimonial e Impenhorabilidades no CPC/2015.** Publicado na Revistas Magister de Direito Civil e Processual Civil/Edições/79 - Jul/Ago 2017. Disponível em: <https://www.magisteronline.com.br/mgstrrc/lpext.dll?f=templates&fn=index.htm>. Acessado em: 01/05/2021.

SCHERER, Tiago. **Função jurisdicional e atividade registral: da independência à mútua colaboração.** Revista de direito imobiliário, v. 72, P. 379-421, 2012.

SILVEIRA, Ricardo Geraldo Rezende. **Acesso à Justiça: o direito fundamental em um ambiente de recursos escassos** – São Paulo: Almedina, 2020.

SOARES FILHO, José. **Jurisdição privada: formas extrajudiciais de solução de litígios.** Revista CEJ, Brasília, Ano XVII, n. 59, p. 6-15, jan./abr. 2013.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis** – 6. Ed. São Paulo: Método, 2021.

TAVARES, André Ramos. **CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL** – 18. Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil, volume 1** – 62. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil: Volume III – 53. ed.** Rio de Janeiro: Forense, 2020.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Processo de Execução e Cumprimento de Sentença - 30. ed.** Rio de Janeiro: Forense, 2020.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Projeto legislativo de desjudicialização da execução civil.** Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2020/08/24/projeto-desjudicializacao-da-execucao-civil/>. Acessado em: 08/05/2021.

WELSCH, Gisele Mazzani. **Desjudicialização da execução: análise a partir do PL 6204/19.** Publicado em: 05/04/2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/tendencias-do-processo-civil/342854/desjudicializacao-da-execucao-analise-a-partir-do-pl-6204-19>. Acessado em: 13/05/2021.

ANEXOS

ANEXO A - PROJETO DE LEI Nº 6.240/19.

Dispõe sobre a desjudicialização da execução civil de título executivo judicial e extrajudicial; altera as Leis nº a nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, a nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, e a nº 13.105 de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º. A execução extrajudicial civil para cobrança de títulos executivos judiciais e extrajudiciais será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil.

Parágrafo único: Não poderão ser partes, na execução extrajudicial instituída por esta Lei, o incapaz, o condenado preso ou internado, as pessoas jurídicas de direito público, a massa falida e o insolvente civil.

Art. 2º. O exequente será representado por advogado em todos os atos, respeitadas as regras processuais gerais e do processo de execução, inclusive para a fixação da verba honorária.

Art. 3º. Ao tabelião de protesto compete, exclusivamente, além de suas atribuições regulamentares, o exercício das funções de agente de execução e assim será denominado para os fins desta lei.

Art. 4º. Incumbe ao agente de execução:

I - examinar o requerimento e os requisitos do título executivo, bem como eventual ocorrência de prescrição e decadência;

II – consultar a base de dados mínima obrigatória, nos termos do art. 29, para localização do devedor e de seu patrimônio;

III – efetuar a citação do executado para pagamento do título, com os acréscimos legais;

IV – efetuar a penhora e a avaliação dos bens;

V – realizar atos de expropriação;

VI – realizar o pagamento ao exequente;

VII – extinguir a execução;

VIII – suspender a execução diante da ausência de bens suficientes para a satisfação do crédito;

IX – consultar o juízo competente para sanar dúvida relevante;

X – encaminhar ao juízo competente as dúvidas suscitadas pelas partes ou terceiros em casos de decisões não reconsideradas.

§ 1º A realização e a comunicação de atos executivos serão de responsabilidade dos agentes de execução, que se submeterão às regras de cooperação institucional entre os tabelionatos de protesto.

§ 2º Os atos praticados pelos agentes de execução observarão as regras do processo eletrônico e serão publicados em seção especial do Diário da Justiça ou do jornal eletrônico destinado à publicação dos editais de protesto.

§ 3º O agente de execução poderá substabelecer a prática de atos executivos a substitutos e escreventes devidamente credenciados, que somente poderão atuar se estiverem munidos de documentos que comprovem a sua condição de agentes de execução.

§ 4º A responsabilidade civil, administrativa e criminal do agente de execução ou de seus prepostos observará o disposto na legislação especial.

Art. 5º. O beneficiário de gratuidade da justiça, quando da apresentação do título, requererá ao agente de execução que o pagamento dos emolumentos seja realizado somente após o recebimento do crédito executado.

§ 1º Se for judicial o título executivo apresentado para execução no tabelionato de protesto, o exequente terá assegurado o benefício a que se refere o caput deste artigo desde que comprove ter obtido a gratuidade da justiça no curso do processo de conhecimento.

§ 2º Sendo extrajudicial o título executivo, ou não tendo obtido o benefício de gratuidade da justiça no processo judicial, o exequente deverá comprovar que preenche os requisitos legais.

§ 3º Discordando o agente de execução do pedido, consultará o juízo competente, que resolverá o incidente, nos termos do art. 20.

Art. 6º. Os títulos executivos judiciais e extrajudiciais representativos de obrigação de pagar quantia líquida, certa, exigível e previamente protestados, serão apresentados ao agente de execução por iniciativa do credor.

Parágrafo único: São inadmissíveis obrigações sujeitas a termo ou condição ainda não verificada.

Art. 7º. As execuções de títulos executivos extrajudiciais serão processadas perante os tabelionatos do foro do domicílio do devedor; os títulos executivos judiciais serão processados no tabelionato de protesto do foro do juízo sentenciante.

Parágrafo único: Nas comarcas dotadas de mais de um tabelionato de protesto, serão observados na distribuição os critérios de qualidade e quantidade, nos termos do disposto no art. 8º, da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997.

Art. 8º. O credor apresentará ao agente de execução requerimento inicial observando os requisitos do art. 798, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, e comprovará o recolhimento dos emolumentos prévios, salvo se beneficiário da gratuidade.

Art. 9º. O agente de execução, ao verificar que o requerimento inicial não preenche os requisitos legais ou que apresenta defeitos, irregularidades ou está desacompanhado dos

documentos indispensáveis à propositura da execução, determinará que o credor efetue as correções necessárias, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de cancelamento do requerimento.

Art. 10. Observados os requisitos legais, o agente de execução citará o devedor para pagamento do valor do título, acrescido de juros, correção monetária, honorários advocatícios de 10% (dez por cento) e emolumentos iniciais.

§1º Do instrumento de citação do devedor constará a informação de que a ausência de pagamento no prazo de 5 (cinco) dias úteis dará ensejo à penhora de bens de sua propriedade e subsequentes atos expropriatórios.

§ 2º Não satisfeita a obrigação, será efetuada a penhora e a avaliação dos bens necessários à satisfação do crédito, lavrando-se os respectivos termos, com intimação do executado.

§ 3º Para fins do disposto no parágrafo anterior e localização de bens do devedor, o agente de execução consultará a base de dados indicada no art. 29.

§ 4º No caso de integral pagamento no prazo de 5 (cinco) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade.

§ 5º No prazo estabelecido no § 1º, o devedor poderá, depositando 30% (trinta por cento) do valor da dívida, acrescido do valor integral dos emolumentos, juros, correção monetária e honorários advocatícios, pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de um por cento ao mês.

§ 6º Se as partes celebrarem acordo, o credor dará quitação plena da obrigação, sendo devidos e calculados os emolumentos sobre o valor total da dívida originariamente executada.

Art. 11. Se o devedor não for encontrado, sua citação se dará por edital afixado na sede do tabelionato e publicado em seção especial do Diário da Justiça ou do jornal eletrônico utilizado para publicação dos editais de intimação de protesto.

§ 1º Transcorrido o prazo fixado no § 1º, do art. 10, o agente arrestará tantos bens quantos bastem para garantir a execução, observando-se as disposições do art. 830, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil.

§ 2º Ao executado citado por edital não será nomeado curador especial.

§ 3º Na hipótese do caput, os atos relevantes praticados pelo agente de execução serão objeto de publicação, na forma prevista no § 2º do art. 4º.

Art. 12. O agente de execução, de ofício, lavrará certidões referentes ao início da execução, ao arresto e à penhora para fins de averbação nos registros competentes, para presunção absoluta de conhecimento por terceiros.

Art. 13. Antes de adjudicados ou alienados os bens, o executado pode, a todo tempo, remir a execução, pagando ou consignando a importância atualizada da dívida, acrescida de juros, correção monetária, honorários advocatícios e emolumentos.

Art. 14. Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário da quantia definida em sentença condenatória e não apresentada impugnação, o credor requererá a instauração do procedimento executivo perante o tabelionato de protesto, apresentando certidão de trânsito em julgado e teor da decisão que demonstre a certeza, a liquidez e a exigibilidade, além da certidão de protesto do título.

§ 1º. Se a intimação judicial para pagamento voluntário houver ocorrido há menos de um ano, o agente de execução dispensará a citação, caso em que será, desde logo, procedida a penhora e a avaliação, seguindo-se os atos de expropriação.

§ 2º. Aplica-se ao cumprimento de sentença as normas que regem o procedimento de execução extrajudicial disciplinado nesta Lei.

Art. 15. Além de outros casos de suspensão legal, o agente suspenderá a execução na hipótese de não localizar bens suficientes para a satisfação do crédito.

Parágrafo único: Se o credor for pessoa jurídica, o agente de execução lavrará certidão de insuficiência de bens comprobatória das perdas no recebimento de créditos, para os fins do disposto nos artigos 9º e 11, da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Art. 16. Pago ao exequente o principal, os juros, a correção monetária, os honorários advocatícios e os emolumentos, a importância que eventualmente sobejar será restituída ao executado.

Art. 17. A extinção da execução processada em tabelionato de protesto será declarada por certidão e independerá de pronunciamento judicial.

Art. 18. O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos a serem apresentados ao juízo competente.

§ 1º O juízo competente para conhecer e julgar os embargos à execução será sempre o do local onde se situar o tabelionato de protesto em que estiver sendo processada a execução extrajudicial.

§ 2º Quando for necessária a realização de citação ou de atos executivos por agente diverso daquele em que estiver sendo processada a execução, os embargos poderão ser oferecidos em quaisquer dos juízos, mas a competência para julgá-los será do juízo do foro do local do tabelionato responsável pelo processamento da execução.

§ 3º O juízo que primeiro receber os embargos ou qualquer dos incidentes da execução estará prevento para o julgamento de todos os demais incidentes.

§ 4º Quando a citação for realizada por agente de foro diverso daquele no qual se processar a execução, o prazo para embargos será contado a partir da juntada aos autos da certidão de realização do ato.

Art. 19. A incorreção da penhora ou da avaliação poderá ser impugnada por requerimento ao agente de execução, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da ciência do ato, ficando suspenso o prazo para o oferecimento de embargos à execução até a intimação da decisão.

Art. 20. O agente de execução poderá consultar o juízo competente sobre questões relacionadas ao título exequendo e ao procedimento executivo; havendo necessidade de aplicação de medidas de força ou coerção, deverá requerer ao juízo competente para, se for caso, determinar a autoridade policial competente para realizar a providência adequada.

§ 1º Nas hipóteses definidas no caput, o juiz intimará as partes para apresentar suas razões no prazo comum de 5 (cinco) dias, limitando-se ao esclarecimento das questões controvertidas, não podendo acrescentar fato ou fundamento novo.

§ 2º A decisão que julgar a consulta a que se refere este artigo é irrecurável.

Art. 21. As decisões do agente de execução que forem suscetíveis de causar prejuízo às partes poderão ser impugnadas por suscitação de dúvida perante o próprio agente, no prazo de cinco (5) dias que, por sua vez, poderá reconsiderá-las no mesmo prazo.

§ 1º Caso não reconsidere a decisão, o agente de execução encaminhará a suscitação de dúvida formulada pelo interessado para o juízo competente e dará ciência à parte contrária para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar manifestação diretamente ao juízo.

§ 2º. A decisão que julgar a suscitação a que se refere este artigo será irrecurável.

Art. 22. O Conselho Nacional de Justiça e os tribunais, em conjunto com os tabeliães de protesto, por sua entidade representativa de âmbito nacional, promoverão a capacitação dos agentes de execução, dos seus prepostos e dos serventuários da justiça, a ser concluída até a entrada em vigor desta Lei.

Art. 23. As atribuições conferidas aos agentes de execução são indeclináveis, delas não podendo escusarem-se, sob pena responsabilidade.

Art. 24. O Conselho Nacional de Justiça e os tribunais expedirão atos normativos para regulamentar os procedimentos a que se refere esta Lei.

Art. 25. As execuções pendentes quando da entrada em vigor desta Lei observarão o procedimento originalmente previsto na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, não sendo admitida a redistribuição dos processos para os agentes de execução, salvo se requerido pelo credor.

Parágrafo Único: As Corregedorias Gerais dos Tribunais de Justiça dos Estados, em conjunto com os tabelionatos de protestos locais, estabelecerão as regras para redistribuição das execuções aos agentes de execução.

Art. 26. O Conselho Nacional de Justiça e os tribunais, em conjunto com os tabeliães de protesto, por sua entidade representativa de âmbito nacional, deverão elaborar modelo-padrão de requerimento de execução para encaminhamento eletrônico aos agentes de execução, que deverão ser preenchidos com todas as informações das partes, dos títulos, dos fatos, dos valores envolvidos, dos bens conhecidos do devedor e de outras informações consideradas relevantes.

Art. 27. O Conselho Nacional de Justiça e os tribunais fiscalizarão e auxiliarão os tabelionatos de protesto para o efetivo cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 28. Os Estados e o Distrito Federal, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, definirão as tabelas de emolumentos iniciais e finais pertinentes à quantia objeto da execução, observado as normas gerais da Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000.

Parágrafo único: Enquanto não aprovada a tabela a que se refere o caput deste artigo, os agentes de execução adotarão como critério de cálculo para remuneração a tabela de custas judiciais aplicáveis aos processos de execução judicial, de acordo com a lei local.

Art. 29. O Conselho Nacional de Justiça deverá disponibilizar aos agentes de execução acesso a todos os termos, acordos e convênios fixados com o Poder Judiciário para consulta de informações, denominada de “base de dados mínima obrigatória”.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30 O art. 9º, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º

§ 8º A certidão de insuficiência de bens, lavrada pelo agente de execução, substituirá as exigências de judicialização de que tratam este artigo e o art. 11. (NR)”

Art. 31 O art. 3º, da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação

“Art. 3º Compete privativamente ao Tabelião de Protesto de Títulos, na tutela dos interesses públicos e privados, o exercício das seguintes atribuições:

I - a protocolização, a intimação, o acolhimento da devolução ou do aceite, o recebimento do pagamento, do título e de outros documentos de dívida, bem como lavrar e registrar o protesto ou acatar a desistência do credor em relação ao mesmo, proceder às averbações, prestar informações e fornecer certidões relativas a todos os atos praticados, na forma desta Lei;

II – a de agente de execução. (NR)”

Art. 32 O art. 1º, da Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 1º O valor fixado para os emolumentos deverá corresponder ao efetivo custo e à adequada e suficiente remuneração dos serviços prestados;

§ 2º O disposto no caput deste artigo e no inciso II do art. 3º, não se aplicam aos atos praticados pelos agentes de execução extrajudicial civil, para os quais os Estados e o Distrito Federal, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, definirão os emolumentos em percentuais das fases, inicial, intermediária e final, inclusos no total os valores de todas as parcelas de custas, taxa de fiscalização, contribuição previdenciárias e de custeio de atos gratuitos, incidentes, além dos acréscimos das contribuições a entidades beneficentes instituídas antes desta lei pela legislação da unidade da Federação, dos tributos municipais e das despesas reembolsáveis autorizadas pertinentes à quantia objeto da execução, respeitando-se valor mínimo a ser seguido para os atos praticados, consoante a uniformidade do art. 37, da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997. (NR)”

Art. 33 Os artigos 516, 518, 525, 526, e 771, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 516

IV – o agente de execução de títulos, quando se tratar de decisão de pagar quantia certa transitada em julgado, da qual não houver cumprimento voluntário. (NR)”

“Art. 518. Todas as questões relativas à validade do procedimento de cumprimento da sentença e dos atos executivos subsequentes poderão ser arguidas pelo executado nos próprios autos e nestes serão decididas pelo juízo, ressalvadas as execuções extrajudiciais processadas em tabelionato de protesto. (NR)”

“Art. 525

§ 8º Quando o efeito suspensivo atribuído à impugnação disser respeito apenas a parte do objeto da execução, esta prosseguirá quanto a parte restante perante o agente de execução.

.....

§ 11. As questões relativas a fato superveniente ao término do prazo para apresentação da impugnação, assim como aquelas relativas à validade e à adequação da penhora, da avaliação e dos atos executivos subsequentes, serão arguidas perante o agente de execução no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comprovada ciência do fato ou da intimação do ato.

.....

§ 16 Julgada procedente a impugnação, o processo será extinto pelo juízo; no caso de improcedência, a execução será iniciada perante o tabelionato de protesto. (NR)”

“Art. 526

§ 2o Concluindo o juízo pela insuficiência do depósito, sobre a diferença incidirão multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios, também fixados em 10% (dez por cento), expedindo-se

a certidão de teor da sentença a ser encaminhada ao agente de execução, para início do procedimento, extinguindo-se o processo judicial. (NR)”

“Art. 771. Ressalvadas as execuções de títulos executivos extrajudiciais e judiciais por quantia certa a realizar-se por agente de execução, este Livro regula os demais procedimentos de execução e suas disposições aplicam-se, também, no que couber, aos procedimentos especiais de execução, aos atos executivos realizados no procedimento de cumprimento de sentença, bem como aos efeitos de atos ou fatos processuais a que a lei atribuir força executiva. (NR)”

Art. 34 Esta Lei entra em vigor após decorridos 1 (um) ano de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A crise em que se encontra mergulhada a jurisdição estatal aprofunda-se anualmente com o aumento da litigiosidade multifacetada, tratando-se de realidade incontestada comprovada pelo Conselho Nacional de Justiça a cada publicação do seu “Justiça em Números”.

Os últimos dados constantes de levantamentos estatísticos baseados no exercício de 2018 apontam para um total de 79 milhões de demandas em tramitação, das quais nada menos do que 42,81 milhões são de natureza executiva fiscal, civil e cumprimento de sentenças, equivalente a 54,2% de todo o acervo do Poder Judiciário.

Indo diretamente ao ponto que interessa ao tema em voga, infere-se que aproximadamente 13 milhões de processos são execuções civis fundadas em títulos extrajudiciais e judiciais, o que corresponde à aproximadamente 17% de todo o acervo de demandas em tramitação no Poder Judiciário.

Como se não bastasse a descrição de um quadro patológico crônico que se agrava a cada ano, as estatísticas do CNJ vão além e apontam para um período de tempo de tramitação das execuções extremamente longo, qual seja, 4 anos e 9 meses, considerando-se a data da distribuição até a efetiva satisfação, se e quando houver, enquanto os processos de conhecimento tramitam por tempo muito inferior (1ano e 6 meses).

Os dados do CNJ ainda indicam que apenas 14,9% desses processos de execução atingem a satisfação do crédito perseguido, enquanto a taxa de congestionamento é de 85,1%, ou seja, de cada 100 processos de execução que tramitavam em 2018, somente 14,9 obtiveram baixa definitiva nos mapas estatísticos.

Diante deste cenário caótico, não é difícil concluir que os impactos negativos econômicos para o desenvolvimento do País são incalculáveis, na exata medida em que bilhões em créditos anuais deixam de ser satisfeitos, impactando diretamente o crescimento nacional, somando-se ao elevadíssimo custo da movimentação da máquina judiciária. Assim sendo, considerando-se um custo médio total para a tramitação de um processo de execução civil em torno de R\$ 5.000,00, e, multiplicando-se pelo número de ações executivas civis pendentes (13 milhões), encontra-se um total aproximado de R\$ 65 bilhões referentes às despesas arcadas pelo Estado, somente em sede de execução civil.

Significa dizer, em outros termos, que a desjudicialização dos títulos executivos extrajudiciais e judiciais condenatórios de pagamento de quantia certa representará uma economia de 65 bilhões de reais para os cofres públicos.

Informam também os dados do CNJ que no ano de 2018 as despesas do Poder Judiciário somaram 93,7 bilhões de reais (= 1,4% PIB), correspondente a 2,6% dos gastos da União, Estados e Municípios; o custo total da Justiça no mesmo período foi de R\$ 449,53 (quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e três centavos) por habitante.

Por outro lado, para ter-se uma ideia da magnitude do problema atinente ao represamento de créditos no Brasil, extrai-se do Anuário publicado pelo Instituto de Protestos (“Cartórios em Números”), edição 2019, que no exercício de 2018, 32,1% dos títulos privados protestados não foram pagos, o que representa R\$ 9,6 bilhões; a esses números somam-se milhares de títulos que, sabidamente, não são levados à protesto, mas que, para serem satisfeitos, necessitam ser executados perante o Estado-juiz.

Objetivando simplificar e desburocratizar a execução de títulos executivos civis, e, por conseguinte alavancar a economia do Brasil, propõe-se um sistema normativo novo, mas já suficientemente experimentado com êxito no direito estrangeiro.

Nessa linha, na maioria dos países europeus a execução de títulos executivos é realizada sem a interferência do Judiciário, sendo atribuição do “agente de execução”, quem recebe o pedido do credor e lhe dá o devido processamento – desde que presentes os requisitos formais do título executivo –, incluindo citações, notificações, penhoras e alienação de bens.

O juízo competente só participará desse procedimento em situações excepcionais quando chamado a decidir alguma questão passível de discussão por meio de embargos do devedor, suscitação de dúvidas, determinação de medidas de força ou coercitivas.

Merecem destaque as reformas portuguesas de desjudicialização da execução realizadas nos anos de 2003 e 2008, que surgiram como resposta à crise da justiça lusitana, que envolvia

o excesso de execuções pendentes e a morosidade na tramitação dos processos – fenômeno idêntico ao verificado no Brasil.

Dentro de um contexto de harmonização de sistemas jurídicos europeus, verificou-se o movimento português visando o incremento da economia e redução do custo do Estado e, em médio prazo, as metas perseguidas com o implemento da desjudicialização foram alcançadas.

Vale ainda ressaltar que a iniciativa portuguesa partiu do Poder Executivo na busca de uma solução para o problema citado, nomeando para desincumbir-se de elevada missão o renomado Prof. Dr. José Lebre de Freitas que, em conjunto com outros estudiosos, elaborou o texto legislativo que veio a revolucionar o sistema executivo daquele País, alcançado o seu ápice com os ajustes legislativos ocorridos em 2008.

Diante do sucesso da experiência portuguesa, propõe-se uma desjudicialização da execução adaptada à realidade brasileira, com o máximo aproveitamento das estruturas extrajudiciais existentes e que há muito já demonstram excelência no cumprimento de suas atividades.

Para tanto, propõe-se que a função pública da execução dos títulos executivos seja “delegada” a um tabelião de protesto, que é um profissional devidamente concursado e remunerado de acordo com os emolumentos fixados por lei, cobrados via de regra do devedor ao final do procedimento executivo. Salienta-se que a fiscalização dos tabeliões de protesto já é realizada pelo Poder Judiciário – CNJ e corregedorias estaduais.

A delegação, portanto, é o regime jurídico sugerido para que a desjudicialização da execução seja colocada em prática no Brasil, nos termos do artigo 236 da Constituição Federal. Dentre os agentes delegados existentes no ordenamento jurídico, sugere-se que o tabelião de protesto tenha sua atribuição alargada, para que assuma também a realização das atividades executivas, uma vez que afeito aos títulos de crédito. Além disso, propõe-se a valorização do protesto como eficiente medida para o cabal cumprimento das obrigações.

Assim, confere-se ao tabelião de protesto a tarefa de verificação dos pressupostos da execução, bem como da realização de citação, penhora, alienação, recebimento do pagamento e extinção do procedimento executivo extrajudicial, reservando-se ao juiz estatal a eventual resolução de litígios, quando provocado pelo agente de execução ou por qualquer das partes ou terceiros.

Vale lembrar que, de uma forma geral, a desjudicialização no Brasil em forma de delegação já é uma realidade exitosa, conforme verificado com a extrajudicialização da retificação do registro imobiliário (Lei nº 10.931/2004), do inventário, da separação e do

divórcio (Lei nº 11.441/2007), da retificação de registro civil (Lei nº 13.484/2017) e da usucapião instituída pelo Código de Processo Civil (art. 1.071 - LRP, art. 216-A).

Reforçando a participação efetiva dos cartórios extrajudiciais no contexto atual do fenômeno da simplificação das resoluções de conflitos, o CNJ baixou os seguintes Provimentos:

Provimento nº 67, de 26/03/2018, que dispõe sobre os procedimentos de conciliação e de mediação nos serviços notariais e de registro do Brasil;

Provimento nº 72, de 27 de junho de 2018, que dispõe sobre medidas de incentivo à quitação ou à renegociação de dívidas protestadas nos tabelionatos de protesto do Brasil e, mais recentemente, o;

Provimento nº 86, de 29 de agosto de 2019, que dispõe sobre a possibilidade de pagamento postergado de emolumentos, acréscimos legais e demais despesas, devidos pela apresentação de títulos ou outros documentos de dívida para protesto.

E mais: tramita no Congresso Nacional recente e alvissareiro Projeto de Lei nº 4.257/2019, de autoria do Senador Antônio Anastasia que, além de prever a possibilidade de arbitragem tributária, dispõe acerca da desjudicialização da execução fiscal, modificando, para tanto, a Lei nº. 830/1980.

O Projeto ora apresentado retira do Estado-juiz o procedimento executivo de títulos extrajudiciais e cumprimento de sentença condenatória em quantia certa, com aplicação subsidiária do Código de Processo Civil; não poderão ser partes o incapaz, o condenado preso ou internado, as pessoas jurídicas de direito público, a massa falida e o insolvente civil.

O exequente estará sempre representado por advogado em todos os atos executivos extrajudiciais, respeitadas as regras processuais gerais e do processo de execução, inclusive para a fixação da verba honorária; o credor, se for hipossuficiente, receberá os benefícios da gratuidade.

Em síntese, o procedimento executivo extrajudicial inicia-se com a apresentação do título protestado ao agente de execução que, por sua vez, citará o devedor para pagamento em 5 dias, sob pena de penhora, arresto e alienação, concluindo-se o feito com a obtenção da satisfação do crédito, sem prejuízo da possibilidade de autocomposição. O título executivo judicial somente será apresentado ao agente de execução após o transcurso do prazo de pagamento e impugnação.

Será suspensa a execução na hipótese de não localização bens suficientes para a satisfação do crédito e, se o credor for pessoa jurídica, o agente de execução lavrará certidão de

insuficiência de bens comprobatória das perdas no recebimento de créditos, para os fins do disposto nos artigos 9º e 11, ambos da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, o que inibirá o ajuizamento de milhares de ações de execução perante o Estado-juiz para obtenção desse desiderato.

Por sua vez, ao executado é conferido o pleno contraditório e a ampla defesa, seja por suscitação de dúvidas ou impugnação aos atos praticados pelo agente de execução que lhe possa causar gravame, bem como através de embargos à execução, que serão opostos perante o juiz de direito competente, nos termos do Código de Processo Civil.

O agente de execução conduzirá todo o procedimento, e, sempre que necessário, consultará o juízo competente sobre dúvidas suscitadas pelas partes ou por ele próprio e ainda requererá eventuais providências coercitivas.

Por seu turno, o Conselho Nacional de Justiça e os tribunais, em conjunto com os tabeliães de protesto, por sua entidade representativa de âmbito nacional, promoverão a capacitação dos agentes de execução, dos seus prepostos e dos serventuários da justiça e elaborarão modelo-padrão de requerimento de execução para encaminhamento eletrônico aos agentes de execução.

O Conselho Nacional de Justiça e os tribunais definirão tabelas de emolumentos em percentuais a incidir sobre a quantia objeto da execução, assim como disponibilizarão aos agentes de execução acesso a todos os termos, acordos e convênios fixados com o Poder Judiciário para consulta de informações, denominada de “base de dados mínima obrigatória”.

Para não inviabilizar a implementação satisfatória da desjudicialização, as execuções pendentes não serão de plano redistribuídas aos agentes de execução quando da entrada em vigor da lei, pois ficarão à critério da manifestação de interesse dos credores bem como da dependência das regras de necessidade e conveniência a serem definidas pelas

Corregedorias Gerais dos Tribunais de Justiça dos Estados e estabelecidas em conjunto com os tabelionatos de protestos locais, de maneira a atender adequadamente as peculiaridades de cada comarca. Em outras palavras, a inovação dar-se-á paulatinamente, de modo a permitir que os tabeliães de protesto absorvam de forma gradativa o novo mister.

Importante também ressaltar que o Código de Processo Civil permanece praticamente intacto, recebendo apenas ajustes pontuais para harmonizar-se ao novo microsistema; para tanto, modificou-se parcialmente apenas os artigos 516, 518, 525, 526, e 771 do aludido Diploma Instrumental.

Por fim, a doutrina brasileira tem se debruçado sobre o tema em voga, buscando lançar luzes à desjudicialização da execução, conforme se depreende de vários e importantes estudos,

a começar pela tese pioneira de doutorado em direito da Prof.^a Flávia Pereira Ribeiro, defendida em 2012, sob o título Desjudicialização da Execução Civil; o Prof. Joel Dias Figueira Júnior analisou o tema sob o prisma da crise da jurisdição estatal, juntamente com a arbitragem, mediação e a razoável duração do processo, em sede de Pós-doutoramento na Universidade de Florença, em 2012 e, em 2014 publicou estudo intitulado Execução Simplificada e a Desjudicialização do Processo Civil: Mito ou Realidade; esse trabalho foi atualizado mais recentemente em parceria com o Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Dr. Alexandre Chini e publicado com o título Desjudicialização do Processo de Execução de Título Extrajudicial; Rachel Nunes de Carvalho Farias publicou a monografia intitulada Desjudicialização do processo de execução – O modelo português como uma alternativa estratégica para a execução civil brasileira e Taynara Tiemi Ono publicou a monografia intitulada Execução por quantia certa – Acesso à justiça pela desjudicialização da execução civil, dentre outros.

Em arremate, vale mencionar o que recentemente escreveu o Prof. Humberto Theodoro Junior, que resume, com simplicidade peculiar, a proposta apresentada:

“(…). Na doutrina nacional, merece ser lembrada a contribuição da Professora Flávia Pereira Ribeiro que sugere, como primeiro passo para a desjudicialização da execução por quantia certa, a transformação do oficial de protestos em agente executivo. A medida seria facilitada pela sua atual competência para notificação do devedor a pagar o débito líquido e certo constante do título levado a protesto, bem como para receber o montante da prestação devida. Bastaria, segundo a lição lembrada, adicionar à sua atual função, o poder de penhorar e expropriar os bens constritos”.

O presente projeto é fruto do trabalho realizado por uma comissão independente de professores, composta pelos Doutores Joel Dias Figueira Júnior (Presidente), Flávia Pereira Ribeiro e pelo Tabelião de Notas e de Protesto de Títulos e Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica, André Gomes Netto.

Por todo o exposto, solicita-se o apoio dos eminentes Congressistas para lograr-se a aprovação desta iniciativa, com a certeza de que se estará contribuindo para solucionar a crise da jurisdição estatal, para o crescimento da economia do país e para a diminuição do custo do Estado em aproximadamente R\$ 65.000.000.000,00 (sessenta e cinco bilhões de reais).

Sala das Sessões,

Senadora SORAYA THRONICKE